

**Junho 2008**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC DW**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

### *Genérico*

**Redacção** Kâmia Madeira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

<b>1 redução da pobreza e economia</b>	<b>2</b>
1.1 Governo afasta hipótese de revisão imediata do OGE.....	2
1.2 Luanda é a cidade mais cara do mundo .....	2
1.3 Unita está preocupada com o relatório de execução orçamental.....	3
<b>2 mercado informal e microfinanças</b>	<b>4</b>
2.1 Facturação à grande no mercado do catintom.....	4
2.2 O que há por detrás das zungueiras? .....	5
2.3 Flagrantes de corrupção entre polícias e fiscais na via publica.....	6
<b>3 governação e descentralização</b>	<b>8</b>
3.1 Ministro da Energia e Águas constata elução de obras .....	8
3.2 MINFAMU aplaude aumento do número de mulheres em cargos de decisão.....	8
3.3 Parlamento aprova por unanimidade Orgânica do Tribunal Constitucional.....	9
3.4 Governo investe centenas de dólares na construção de jardins no Cunene.....	9
3.5 Lei de processo constitucional representa uma grande inovação.....	10
3.6 Assembleia Nacional encoraja reformas para melhoria dos índices de governação .....	10
3.7 Ministro das Obras Públicas inaugura infra-estruturas sociais .....	11
3.8 Primeiro-Ministro defende clarificação do papel das autoridades tradicionais .....	11
3.9 Sobas só terão quadro jurídico legal em Setembro.....	12
3.10 Defendida clarificação do papel das autoridades.....	12
3.11 Legislativas e a (re)distribuição do poder real .....	13
3.12 Papel das autoridades tradicionais discutida em luanda .....	14
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>16</b>
4.1 Comício confirma popularidade do MPLA na comuna do Kikolo .....	16
4.2 Pedro Sebastião pede a apoiantes do MPLA que promovam a paz e a reconciliação .....	16
4.3 Arbitariedades no processo de registo e recolha de assinaturas .....	17
4.4 A quotização das mulheres e os critérios de ascensão pública .....	17
4.5 As quatro faces das eleições.....	19
4.6 “Fiscais Invadiram comité municipal da UNITA e levaram latas de tintas” .....	19
4.7 UNITA sufocada nas teias da intolerância política .....	20
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>22</b>
5.1 Centro da formação a 559 órfãos.....	22
5.2 Reitor da UNA entrega diplomas a licenciados no Namibe .....	22
5.3 Estudante da Che Guevara recebem material didáctico .....	22
5.4 Criada rede de alfabetização na província do Kwanza-Sul.....	23
5.5 Ministra da Família apela a encarregados para priorizarem formação das crianças.....	23
5.6 Educação-Novos tempos e novas exigências.....	24
5.7 Governo proporciona melhores condições de trabalho aos jovens lavadores de carros ....	25
5.8 Conselho Nacional da Juventude define alvos para nova fase da campanha de educação cívica .....	27
5.9 Huambo regista 15 casos de crianças violentadas .....	27
5.10 Casos de violência contra criança ainda são preocupantes .....	28
5.11 Consumo de drogas por crianças denunciado pelo INAC no Bié.....	28
5.12 Morte de recém-nascido assusta população do Cuango.....	28
5.13 Crianças que fazem crianças .....	29
5.14 Centenas de crianças encontram sobrevivência em Santa Clara .....	31
<b>6 terra, habitação e urbanização</b>	<b>32</b>
6.1 Desejo de criar cooperativas.....	32

6.2 A constituição de Reservas e a garantia dos dos Direitos Fundiarios das comunidades Rurais.....	33
6.3 Saneamento caótica e ilegalidade na ocupação de terrenos.....	35
6.4 Casas feitas em reservas do estado são brevemente destruídas.....	36
6.5 As provas da exclusão social.....	36
6.6 Fórum do imobiliário demonstra especulação no mercado.....	38
6.7 «É evidente que os moradores da baixa estão a ir para a periferia».....	39
6.8 Arquitecto Tomás Taveira e o drama dos pobres .....	40
6.9 A propalada requalificação do «B O» e do Sambizanga .....	40
6.10 Transformar poupanças em património .....	41
<b>7 serviços basicos.....</b>	<b>42</b>
7.1 Reabilitados 185 quilómetros de estrada na província de Malanje.....	42
7.2 Comuna de Viti Vivali ganha mais energia e água.....	43
7.3 Ministra da Família inaugura no Cunene vários empreendimentos de impactos social.....	43
7.4 Estrada Luena/Lucusse está a ser reabilitado .....	43
7.5 Elisal.....	44
<b>O lixo é um problema em Luanda. A luta por uma capital limpa ainda está muito longe de ser ganha. Contudo, é com agrado que se constata algumas i.....</b>	<b>44</b>
<b>8 Paz e Reconciliação .....</b>	<b>45</b>
8.1 Muconda reanima-se com a paz.....	45
8.2 Comércio ilícito de armas constitui ameaça para a paz.....	46
8.3 Desarmamento da população civil tem grande impacto para a democracia.....	46
8.4 Lei autoriza uso e porte de arma apenas a pessoas que exercem cargos de soberania.....	46
8.5 Estado vai rever regulamento sobre porte de arma dos efectivos das FAA e da Polícia Nacional .....	46
8.6 Ninguém está legitimado a procurar meios de guerra para a sua defesa.....	47
8.7 Defendido reforço dos mecanismo de sensibilização na entrega de armas.....	47

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Governo afasta hipótese de revisão imediata do OGE

*Visão 20-06-2008*

O vice-ministro das Finanças, Severim de Morais, afirmou a imprensa, em Luanda, que os pressupostos macro-económicos que serviram de base à elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2008 não sofreram suficientes alterações, até ao momento, que justifiquem, para já, uma revisão orçamental.

O governante, que falava à imprensa no final da aprovação pela Assembleia Nacional do pedido do Governo de incremento das receitas do OGE, procurava assim esclarecer as preocupações dos deputados, para quem seria aconselhável uma revisão orçamental, em venda de actualização.

De acordo com o governante, apesar da existência de uma costataçãoe macro-económica a nível mundial, marcada por uma contínua oscilação dos preços do petróleo e dos alimentos do ponto de vista das condições internas de Angola, não há motivo de alerta.

"Do ponto de vista mundial, há uma certa agitação no sistema macro-económico, prevê-se um crescimento da economia mundial mais pequena, há um contínuo movimento de oscilação do preço do petróleo entre 120 a 130 dólares por barril, e forte subida dos preços dos alimentos", admitiu.

No entanto, adiantou, "do ponto de vista interno não há motivo de alerta de alteração das condições macro-económicas inicialmente prevista para o ONG de 2008".

Explicou que os pressupostos macro-económicos que serviram de base à elaboração do OGE 2008 não sofreram, suficientemente, alterações, até este momento, que justificassem uma revisão orçamental.

Há, de facto, algumas alterações do ponto de vista macro-económico a nível mundial, mas as nossas condições concretas não são suficientes para se fazer uma revisão completa do orçamento", assegurou, insistentemente, o viceministro.

A Assembleia Nacional aprovou o pedido do Governo de actualização do Orçamento Geral do Estado de 2008, consubstanciado num incremento das receitas iniciais visando fazer face às despesas das eleições legislativas próximas.

O pedido, que actualiza as receitas do OGE em 2.657.268.949.743. Kwanzas, comporta um incremento global de 112.500.000 kwanzas relativamente à previsão orçamental inicial - que vigora desde Janeiro do corrente ano.

## 1.2 Luanda é a cidade mais cara do mundo

*Folha 8 21 -06-2008*

Luanda é a cidade mais cara do mundo para trabalhadores estrangeiros, pela segunda vez consecutiva, situando-se acima de cidades como Paris e Londres, segundo um que a consultora de recursos humanos ECA International divulgou recentemente.

O estudo da Eca, que comparou o custo de vida em mais de 370 locais no mundo inteiro, baseia-se numa amostra de 128 bens de consumo e não engloba despesas com a habitação, normalmente suportadas pelas empresas.

"O facto de Luanda liderar o topo da lista pode surpreender alguns", afirmou Lee Quane, da ECA International, acrescentando que tal acontece porque "o estudo engloba bens e serviços tipicamente adquiridos por expatriados, que podem ser muito caros em locais como este, por não existirem no mercado local".

Além de Luanda, também a capital do Gabão, Libreville, Kinshasa, na República Democrática do Congo, Abidjan, na Costa Marfim e Abuja, na Nigéria, encontram-se na lista dos 25 países com custo de vida mais elevado para expatriados.

Os dados apurados são usados pelas empresas multinacionais para calcular as ajudas de custo pagas a funcionários no estrangeiro.

Segundo a consultora, a presença de vários países africanos no topo da lista relaciona-se com o facto de os trabalhadores estrangeiros comprarem frequentemente produtos caros importados.

A segunda cidade mais cara é Oslo, capital da Noruega, seguida de Stavanger, também naquele país.

Em quarta lugar, surge Copenhaga, na Dinamarca, e depois Mascava, na Rússia.

Zurique, Genebra, Basileia e Berna, na Suíça, fazem também parte da lista das cidades mais caras para trabalhadores estrangeiros, estando no top das 10 cidades com custo de vida mais elevado. O estudo situa a capital britânica em vigésimo quarto lugar.

### **1.3 Unita está preocupada com o relatório de execução orçamental**

*Visão 20-06-2008*

A oposição parlamentar angolana, mostrou-se preocupada com os números apresentados pelo Governo durante a apresentação no dia 17 de Junho corrente, o relatório de execução orçamental financeira e patrimonial do Estado de 2007, feita pelo vice-ministro das Finanças, Severino de Morais.

O deputado da UNITA, Fernando Heitor começou a sua intervenção com uma preocupação dos funcionários públicos que pretendem ver os seus salários depositados em bancos.

" É inadmissível que depois de tantas décadas de governação deste país, e com um sistema bancário consolidado, que cresce a uma taxa bastante alta e está a se espalhar por todo país, somente 17,7% dos funcionários cujos salários são processados no ministério das Finanças, recebem via banco, quando nós sabemos que muitos funcionários tem os seus salários atrasados e em muitos casos desviados", destacou o deputado, economista e docente universitário, Fernando Heitor.

Sobre as despesas realizadas pelo Governo na execução financeira e patrimonial de 2007, Fernando Heitor sublinhou que estas ainda revelam uma baixa percentagem de execução do governo, já que segundo argumentou o político, a análise mostra que 36% do orçamento foi gasto no sector social o que nesta "ótica parece Ouro sobre Azul".

" Se analisarmos numa outra óptica, as despesas realizadas no sector social que são àquelas que espelham a agenda social do Governo em resolver os principais problemas sociais que afligem os cidadãos vemos que a taxa de variação de 2006 para 2007 com relação a educação foi de 2,6%; em relação a saúde é de 0,4%, em relação a segurança e assistência social 3,6%, em relação a habitação e serviços comunitários 0%. O esforço que o governo dedicou no ano passado neste domínio é exactamente igual ao do ano antepassado", por esta forma segundo revelou o economista é fácil concluir que o ritmo das despesas sociais tem sido muito baixo.

Quanto ao balanço patrimonial do Estado de 2007 apresentado, Fernando Heitor entende que não reflecte a realidade do país, já que os activos permanentes da nação angolana não correspondem ao que foi apresentado pelo governo.

"O imobilizado que foi apresentado é de 2004 à 2007. E o imobilizado que se herdou do governo colonial bem como aquele que foi adquirido e construído de 1975 até 2003 cadé ele", indagou o economista Fernando Heitor.

Já o deputado Carlos Gonçalves da bancada parlamentar da FNLA, voltou a pedir explicação do "bicudo" problema do congelamento por parte do governo angolano das verbas de que o seu partido tem direito por lei.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Facturação à grande no mercado do catintom

*Agora 7-06-2008*

Mais de duas mil pessoas encontraram alternativas de sobrevivência, vendendo naquele espaço arrendado, enquanto aguardam pela construção definitiva do mercado novo, conioirme consta do programa do governo provincial.

No actual espaço, as condições higiénicas e a segurança são preocupação dos utentes que apelam à SAPCIL, Lda, empresa que gere o mercado, no sentido de inverter a situação, porque as quotas diárias, chegam para cobrir as despesas com o pessoal de limpeza e segurança.

Sob sol ardente, milhares de vendedores, repartidos em secções diferentes, efectuam, diariamente, as suas transacções. Não têm repouso, sob pena de ficarem sem nada para comer, mesmo em dia de feriado ou aos domingos são vistos sentados à espera de clientes ou de cargas fretadas a partir de outras regiões do país.

É o caso de Genoveva Paciência, 44 anos, com 8 filhos para sustentar. É segunda mulher de João Ngola que "trabalha como pedreiro no Camama", mas os salários do marido não chegam para aguentar as despesas de casa, por isso, todos os dias está na praça a vender melancias.

"Cada melancia custa 500kz", explica-nos. Mas o preço varia durante o dia. "As manhãs os preços dos produtos são mais altos, mas depois do meio-dia a tendência é de baixar, sob pena de regressar a casa com as mãos vazias", disse.

Afirmou que tem tirado lucros da sua actividade, pois consegue sustentar a família e comprar outros meios.

Quanto aos embaraços, reconheceu que a segurança não se faz sentir e a limpeza em algumas secções exige-se mais, apelando, para o efeito à gestão do mercado, no sentido de se empenhar, para manter o lugar seguro e limpo.

Albertina Marta, que vende diversos produtos do campo, reconheceu os benefícios que usufrui das vendas, mas acredita que se vendessem num lugar definitivo os ganhos seriam maiores.

"Perdemos muito tempo em organizar ou comprar lugar, porque ainda existe desordem", explicou. A

presença dos agentes da ordem não é notada, mas a administração do mercado garante que não há motivos de preocupação. "

Porque a SAPCIL, Lda, como gestora do espaço tem dado provas, na medida do possível, de oferecer condições favoráveis aos usuários do mercado", disse Eduardo Fernando, da SAPCIL, ao telefone.

Apesar destas garantias, a nossa reportagem apurou que as secções do tomate, banana, abacates e cabritos são as que requerem maior intervenção, em termos de limpeza.

Zenaida, 30 anos, pensando que se tratava de clientes, disse à nossa reportagem que o tomate que estava a comercializar é da melhor qualidade, porque veio do Kwanza Sul. "Mano a caixa custa 1200 kz, o tomate maduro e o verde estamos a fazer 1100kz, mas de manhã vedemos a mil e 500 kwanzas, porque chega muita gente de outros mercados que se serve do catintom como mercado de aquisição de muitos produtos do campo", apregoava a vendedora.

Sentada sobre a caixa cheia de banana, Augusta Ngueve, natural do Huambo, mãe de 3 filhos, mesmo grávida estava a vender. "Só saio da minha casa até aqui. A banana vem do Kwanza-Sul com a minha irmã, num camião fretado por mim e posta no mercado vendendo a 1000 kwanzas a caixa às retalhistas", disse.

E quando não acaba, revelou que concede crédito (kilapi) para receber o dinheiro mais tarde, "no máximo uma semana".

Uma actividade apenas de senhoras, a venda de tomate, banana, melancia, abóboras e outros produtos, já melhorou a vida de muitas pessoas, segundo as declarações de Matilde Ngonga, que duas vezes por semana escala Luanda, para vender a banana, que adquire em Benguela sua terra natal.

"Estou há 5 anos a vender banana. Comecei aos 24 anos depois da morte do meu pai e pensando nos meus irmãos mais novos, tive que optar em fazer aventura, viajando noite e dia de Benguela para Luanda e actualmente já temos o suficiente para sobreviver", lembrou Matilde Ngonga.

Quem fica com o dinheiro? A praça do Catintom resulta da transferência dos vendedores do Rocha Pinto (antigo mercado do parque) e outros do município da Maianga.

No entanto, os cerca de 3 milhões de kwanzas arrecadados mensalmente, são repartidos entre o arrendamento do espaço, salários e direcção provincial de mercados e feiras.

"Gastamos muito dinheiro com o arrendamento do terreno, porque ainda não temos uma infra-estrutura definitiva, como as que foram guiadas pelo Governo

no Asa Branca, Panguila e Congolenses. Caso isto se efective teremos mais ganhos, para maximizar as nossas actividades", disse o administrador.

O nosso interlocutor indicou que a manutenção do mercado conta com 60 trabalhadores divididos em seguranças, pessoal de limpeza e a administração local, enquanto a direcção provincial de mercados e feiras exerce a actividade de fiscalização.

Quanto aos preços, revelou que por se tratar de um mercado informal, embora com uma gestão privada e organizada "os preços dependem dos próprios vendedores, cabendo a nós a gestão do espaço físico".

Os uniformes mereceram outro destaque durante a conversa com Eduardo Fernando, reconhecendo, no entanto a que seria um bom princípio, mas por se tratar de um mercado informal, os utentes não são obrigados a usar uniformes, "quando tivermos uma infra-estrutura apropriada haverá necessidade de organizar melhor os vendedores incluindo a aquisição de uniformes para os diferentes sectores de produtos", sublinhou.

Como acontece com qualquer mercado a céu aberto, no Catintom, a comercialização de perecíveis é feita sem a observância das regras de higiene. Por isso a nossa fonte informou haver uma grande preocupação a esse respeito.

Está para breve a montagem de um posto de transformação (PT) e conseqüentemente a instalação das câmaras frigoríficas para a conservação dos frescos.

Garantiu ter mantido encontros com a associação dos vendedores para melhorar a actividade. Ao impedir que pessoas vendam de forma muito desordenada, a nossa fiscalização tem cumprido para impor a disciplina, mas as vendedoras de cabritos, reclamam a sobre facturação.

"Nós pagamos 50kz mais 25kz, da casa do processo (arrecadação)", desabafou uma vendedora, quando apresentava a queixa aos agentes da administração, em função das cobranças que o pessoal da limpeza estava a fazer.

"O que nos decepciona são as crescentes pressões da parte da fiscalização. Pagamos, mas a limpeza na nossa secção não é garantida e se o fazemos temo de pagar novamente", lamentou a fonte.

Em relação às trabalhadoras de sexo, (prostitutas), o Catintom, pelas suas características, ainda não regista o fenómeno, pelo que as autoridades do mercado desencorajam qualquer pessoa que queira incentivar tal prática.

Contudo os camionistas que dia e noite rasgam as estradas, garantem que com a reabilitação das vias, a circulação de pessoas e bens é mais favorecida, conforme contou João Manuel da Costa, que há 4 anos

transporta produtos diversos do Huambo para Luanda. "Por semana posso fazer duas viagens, dependendo dos fretadores. Havendo carga no Huambo, não há necessidade de permanecer muitos dias aqui".

Predominam naquele mercado produtos industriais e do campo adquiridos, sobretudo, nas províncias do Kwanza-Sul, Benguela e Huambo.

## **2.2 O que há por detrás das zungueiras?**

*Angolense 14-06-2008*

A ideia que se tem destes homens e mulheres que passam grande parte do dia pelas ruas do São Paulo é que são mulheres iletradas que buscam o lucro fácil. Um olhar mais atento a esta franja da sociedade permite divisar o que está por trás da cortina do preconceito.

São, na verdade, homens e mulheres que perderam as esperanças de conseguir um emprego condigno, mas que não suportam o facto de ver as suas famílias passarem por dificuldades.

Provêm maioritariamente do interior do país e vieram para a cidade grande em busca da tão ansiada realização pessoal.

Quando ainda na sua fase de criança, Inácio José, agora com 29 anos, natural do Bié, sonhava em ser médico, influenciado pelo pai que na altura era um auxiliar de saúde, no Kuito. "A guerra que o país viveu estragou a vida de muita gente", lamenta, ele mesmo uma vítima de toda esta tragédia.

Perdeu os pais e foi obrigado a lutar pela vida sozinho. Abandonou o Kuito e rumou para Benguela onde teve que deambular pelas ruas a pedir esmola.

"Mais tarde fui para um centro de acolhimento onde estudei até a oitava classe, não consegui entrar para o médio, foi então que um Padre trouxe-me até Luanda". Foi na cidade grande onde o rapaz achou que o sonho de se tornar médico estava cada vez mais próximo. Enganou-se. Aqui as dificuldades eram maiores.

O primeiro passo foi procurar um espaço para viver, tendo encontrado abrigo no município de Cacucó. "Arranjei trabalho e me matriculei no Colégio Berço dos Abes, no curso de enfermagem", lembrou, para instantes depois frisar que não conseguiu terminar.

O sonho ficou-se pelo segundo ano. O pequeno Inácio é hoje um homem, constituiu família e as dificuldades começaram a apertar. Os cento e cinquenta dólares que ganhava já não davam para pagar as próprias.

Foi para encontrar uma saída para a "crise" que começou a sua odisseia como zungueiro. Optou por vender



medicamentos no mercado do "arreio". Para a escolha contribuiu o facto de já ter trabalhado numa farmácia, durante um ano.

Confessa que já teve vergonha do emprego, mas é como farmacêutico de rua que consegue pagar os 1800 kwanzas de renda de casa e garantir o pão dos seus três filhos.

Luzia António, 22 anos, tem uma história similar de luta pela sobrevivência. Encontramo-la na paragem de Viana, a espera do comboio.

Oito, nove horas o mais tardar, chega ao mercado do São Paulo. O primeiro passo é visitar os armazéns para ver se encontra alguma mercadoria a fim de preencher a sua bancada. "Vendo aquilo que encontro nos armazéns, não tenho um negócio específico", explicou.

Antes de vender no mercado "arreio" Luzia conta que trabalhava como garçomete num restaurante e estudava no período noturno.

Por razões que ela preferiu omitir teve que abandonar o emprego, tornando-se apenas estudante. Cansada da vida de batalhar no mercado do emprego e de depender do marido, Luzia decidiu sair de casa e ir a luta.

"Quando cheguei ao São Paulo não queria vender na rua, queria um emprego dentro dos armazéns, mas estavam a cobrar dinheiro para preencher uma vaga" explicou. Não pagou porque não dispunha do valor que lhe foi exigido.

Mais tarde e por intermédio de uma amiga, conseguiu um emprego como empregada doméstica onde trabalhou durante dois anos, período em que continuou a estudar.

"Tive que desistir porqu era muito trabalho para pouco salário e a senhora não dava comida, trancava tudo". No mesmo dia em que decidiu abandonar o emprego de auxiliar de serviços gerais abraçou o de vendedora de rua.

Com duas filhas e sem marido, neste momento Luzia está a concluir a décima classe, em Viana e não pensa em parar.

Quer ir muito mais além. "Quero ter um emprego condigno, até porquê ainda sou muito jovem. O facto de estarmos aqui a vender não significa que sejamos analfabetas", realçou, acrescentando que o que realmente lhes faltou foi uma oportunidade.

## **2.3 Flagrantes de corrupção entre polícias e fiscais na via pública**

*A Capital 21-06- 2008*

Que a criminalidade anda à solta pelas ruas de Luanda, toda gente sabe. O que poucos têm conhecimento é que, nos últimos tempos, muitos dos agentes que deveriam combatê-la, também são protagonistas de tais acções reprovadas, constantemente, pelas altas patentes do Ministério do Interior.

Uma equipa de reportagem do A Capital acompanha, há algumas semanas, casos de má actuação e corrupção de agentes policiais e até mesmo de fiscais do governo provincial de Luanda, na via pública.

Entre os múltiplos casos a que nos propusemos reportar, o mais comum é, seguramente, a postura de alguns agentes da Polícia de Trânsito que actuam nas mais variadas ruas da capital do país, como por exemplo, a que liga os bairros do São Paulo e do Hoji Ya Henda.

Quinta-feira, 19, o relógio marcava 8 horas e 45 minutos, quando o patrulheiro da Polícia de Trânsito chega à zona da Cuca e distribui quatro dos agentes da sua corporação, para ordenar o trânsito naquela rua. Sem mais, nem demora, mal descem da viatura, começam logo a organizar o tráfego, até então bastante atabalhado, para não dizer parado.

Duas horas depois, os motoristas já circulam com maior celeridade, pelo que, os agentes de trânsito passam para a outra fase do seu trabalho: interpelar os automobilistas e constatar quem está a conduzir na ilegalidade, para, conseqüentemente, ser punido com uma multa ou encaminhado até à Unidade Operativa, no caso dos desencartados.

Até então o cenário parece perfeito. E quem não prestar a devida atenção, ao gesto dos motoristas de táxis que são intimados pelos agentes, pode até pensar que a vida dos condutores que, por aí circulam, é um mar de rosas. Mas não.

Para os mais atentos é possível divisar uma acção corrupta entre os dois protagonistas. É que, quando o agente policial manda parar as viaturas hiaces de cor azul e branco, ao invés de ser o Polícia a ir ter com o automobilista e pedir que lhe sejam facultados os documentos, é o contrário.

O taxista pára a viatura, pede ao cobrador que lhe dê 300 kwanzas, coloca o dinheiro no meio da carta da condução, vai ao encontro do regulador de trânsito e dálhe o documento, para num ápice o agente retirar a quantia e colocar no bolso, sem que ao menos constate a veracidade do documento. «É sempre a mesma coisa. Quando nos mandam parar, é só para pedir o dinheiro do saldo. Não complicam», conta aborrecido, aos passageiros, um automobilista que também já foi vítima da acção corrupta dos policiais.

Esta acção é feita um pouco por todas as ruas da periferia de Luanda, onde são destacados os polícias da Brigada Especial de Trânsito, da Viação e Trânsito e até

os do giro da Unidade Operativa.

Pudemos constatar a mesma acção dos policiais nas ruas principais de Viana, Rocha, do Roque Santeiro, São Paulo Congolenses. A zona do Hoji ya Henda, por exemplo, foi baptizado pelos agentes da (des)ordem pública de «Cafunfo», numa alusão à zona diamantífera das Lundas.

É que por ali circulam muitos automobilistas desencartados e outros até com a documentação da viatura incompleta ou vencida.

«Eles não escondem a intenção de retirar sempre alguns kwanzas aos taxistas. E, às vezes, até prometem dar outras condições, as chamadas senhas para aqueles que não têm carta de condução», revela um automobilista.

Durante os dias de «operação capital» constatamos ainda um patrulheiro que quase que diariamente, à noite, está na zona da Cuca, próximo da antiga fábrica de plásticos, CIPAL, à espera de uma vítima que conduza na contra mão.

Para tal, os polícias preferem parar a viatura num lugar escuro, por detrás de um monte de areia, à espera dos automobilistas que vêm do sentido contrário. O grande objectivo é apanhá-los em flagrante, de modo a que possam pagar algum dinheiro, caso não queiram ir parar à cadeia.

Outra situação não muito diferente assistimos no bairro do São Paulo, onde um grupo de polícias do giro, ligado à IIª divisão, espera, pacientemente, que o crime aconteça. Tendo em conta que as placas de proibição estão a ser constantemente alteradas, os agentes ficam à espera que o motorista entre pela rua, agora, proibida, para poderem actuar.

O caricato de todas as artimanhas, para se conseguir mais alguns poucos recursos, é a actuação dos fiscais do GPL.

Apercebendo-se que, por volta das 12 e 18 horas, boa parte dos funcionários públicos e não só que estacionam as suas viaturas nos passeios - por falta de parques de estacionamento - precisam de sair, os fiscais concentram-se debaixo dos prédios «bem escondidinhos», para assim que o motorista subir na viatura, ser accionado e compulsivamente multado.

Eles demonstram, logo à primeira, a imagem de uma autoridade severa, insensível, mas quase sempre preparada a uma conversa que envolve uns kwanzas.

Ou seja a solução está no suborno. «Eles dividem-se e até correm para pedir a gasosa», disseram um automobilista.

Entretanto, uma pergunta se coloca: qual a verdadeira missão dos agentes da ordem pública?

Alguns observadores que falaram à nossa reportagem, disseram que o principal objectivo da corporação é a

prevenção. «Não é concebível que o polícia espera que o crime aconteça para depois actuar.

«Como se sabe, em qualquer confronto que não seja justamente arbitrado, a parte menos disposta a respeitar as regras do jogo dispõe de uma vantagem competitiva», por isso justificaram algumas fontes.

Entretanto, os automobilistas reclamam a actuação dos agentes de giro e dos de trânsito. Para eles, é uma clara demonstração que o interesse de todos quererem interpelar os automobilistas é a gasosa que dá. «Uma das soluções passa pela separação dos agentes de giro dos de trânsito ou dos que fazem outras operações. Tem de saber-se quem é quem».

Entretanto, durante a nossa reportagem constatámos que existem muitos policiais com postura diferente. Vimos outros, porém, que primam pela cordialidade com os cidadãos.

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Ministro da Energia e Águas constata elução de obras

*Jornal de Angola 10-06-2008*

O ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, efectuou ontem uma visita de constatação ao projecto do Governo central "Água Para Todos", na comuna do Cabiri, província do Bengo, onde observou avanços na obra.

O governante, que não prestou declarações à imprensa, foi informado por técnicos e especialistas ligados à implementação do programa, que os primeiros ensaios de bombagem de água começam a ser realizados a partir de quinta-feira.

De acordo com os especialistas, estão já instaladas as principais maquinarias que vão permitir a captação e transporte da água para os reservatórios, onde o líquido será purificado, e posteriormente canalizado para os chafarizes e balneários públicos da região.

Os técnicos garantiram ao ministro Botelho de Vasconcelos que o trabalho está bem encaminhado, faltando apenas acertos de pequenos detalhes relacionados com a demora no desalfandegamento e má conservação do equipamento proveniente do Brasil.

Botelho de Vasconcelos, acompanhado pelo governador local, Jorge Dombolo, visitou os centros de captação e tratamento de água, bem como a torre que vai armazenar e fornecer esse líquido à população, através do sistema de gravidade.

Integraram ainda a comitiva do ministro directores nacionais e funcionários seniores do MINEA, bem como representantes das empresas fiscalizadoras e construtoras ligadas ao programa.

A concepção do "Programa Água para Todos" teve em consideração o facto de que o abastecimento de água potável constitui uma das condições fundamentais para a saúde e bem-estar das populações, bem como para o desenvolvimento económico e social.

O projecto visa garantir a sustentabilidade das acções no meio rural, estimulando a produção nacional e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

## 3.2 MINFAMU aplaude aumento do número de mulheres em cargos de decisão

*Jornal de Angola 11-06-2008*

A Ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste da Silva, disse ontem, em Luanda, que o seu pelouro, em particular, e as mulheres angolanas, em geral aplaudiram com satisfação o anúncio do Presidente da República de aumentar o número de senhoras nos cargos de liderança.

Agovernante fez esta afirmação em entrevista à Angop, quando reagia às declarações do Presidente da República proferidas na IIIª Conferência Nacional do MPLA, realizada dias 9 e 10 de Maio, em Luanda.

José Eduardo dos Santos anunciou que o seu partido vai começar a concretizar as mudanças anunciadas pela sua direcção.

Entre as alterações a serem feitas consta o aumento, "de modo significativo", do número de mulheres na sua bancada parlamentar na próxima legislatura, bem como no Governo.

De acordo com a ministra, esta decisão vem de encontro com as recomendações da comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) sobre a necessidade dos países membros incluírem no mínimo 30 por cento de representação feminina nos órgãos de decisão.

A governante disse tratar-se de um compromisso que repetidas vezes tem sido feito pelo Presidente da República nas diferentes Cimeiras de Chefes de Estado tanto à nível da sub-região Austral, como da União Africana (UA).

Fez saber que a SADC exigia dos estados membros o cumprimento de 30 por cento de mulheres em cargos de tomada de decisão até 2005, enquanto que a União Africana pretendia que esta taxa passasse para 50 por cento, metas não atingidas pelo país, frisou.

Sublinhou que o pronunciamento do Chefe de Estado consciencializa as mulheres no sentido de se prepararem espiritual, intelectual e profissionalmente para o exercício de tarefas importantes, tendentes a fortalecer a condição da mulher e o desenvolvimento do país.

Além de constituir compromisso do Governo, Cândida Celeste acrescentou que este exercício vai obrigar as líderes actuais a unirem-se com as demais da sociedade, no sentido de continuarem a sensibilizar outras senhoras que se afiguram capazes para liderar, com vista ao alcance dos seus objectivos, concluiu

### **3.3 Parlamento aprova por unanimidade Orgânica do Tribunal Constitucional**

*Jornal de Angola 11-06-2008*

A Assembleia Nacional aprovou ontem, com algumas emendas, em sessão plenária extraordinária, os projectos de leis orgânicas do Tribunal Constitucional e do Processo Constitucional, ambas da iniciativa do Governo. Os diplomas foram aprovados por unanimidade pelos 163 deputados presentes na sessão.

Composto por 59 artigos agrupados em sete capítulos, o projecto de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional define e regula a organização, competência, composição, funcionamento e o estatuto dos juizes do Tribunal Constitucional.

Durante a apresentação do diploma, a vice-ministra da Justiça, Guilhermina Prata, falou das motivações que levaram o Governo a propor a discussão e a aprovação do projecto de lei.

Entre outros pontos, a vice-ministra chamou a atenção para os artigos 9º e 10º, sobre a autonomia administrativa e financeira e a composição e indicação dos juizes do Tribunal Constitucional, respectivamente. Relativamente à primeira norma, o deputado Fernando Heitor, da UNITA, defendeu que a autonomia administrativa e financeira se acrescentasse a autonomia patrimonial.

"Se o provedor de Justiça tem autonomia patrimonial, porque não também o Tribunal Constitucional?", questionou o segundo vice-presidente da Assembleia Nacional, que para intervir como deputado teve de abandonar, por alguns minutos, o assento na mesa do presidium.

Para Fernando Heitor, a autonomia patrimonial constitui uma condição essencial para um órgão como o Tribunal Constitucional, razão pela qual defendia a inclusão deste ponto no artigo 9º.

A proposta daquele parlamentar acabou mesmo por ser reconhecida pela parte proponente (no caso o Governo), que a colocou no leque de emendas a serem feitas.

Outra norma que mereceu aceso debate foi o artigo 14.º, que estabelece o mandato de sete anos não renováveis para os juizes do Tribunal Constitucional.

O deputado Abel Chivukuvuku, também da UNITA, sugeriu a eliminação dos mandatos, para que os juizes semantivessem em funções até à altura do seu jubulado.

A posição de Chivukuvuku não vingou, em homenagem ao estabelecido na constituição. A vice-ministra Guilhermina Prata disse que a proposta do deputado não podia ser aceite porque violaria a Lei Constitucional, que numa das suas normas estabelece

este mandato.

Mais pacífica, no entanto, foi a aprovação do projecto de Lei Orgânica do Processo do Tribunal Constitucional, que estabelece e regula a tramitação dos processos sujeitos à jurisdição do Tribunal Constitucional.

Na apresentação, Guilhermina Prata apontou os princípios estruturantes da Lei Orgânica do Processo Constitucional, destacando-se a celeridade processual, a simplificação do processo, o princípio de que as decisões devem ser adoptadas em plenário, da isenção de custas judiciais, assim como o da ausência de férias judiciais.

### **3.4 Governo investe centenas de dólares na construção de jardins no Cunene**

*Jornal de Angola 12-06-2008*

Oitocentos mil dólares foram empregues este ano pelo governo provincial do Cunene na construção dos dois jardins na cidade de Ondjiva, sede capital, com vista a mudar a imagem da localidade, conforme palavras do director local das Obras Públicas e Urbanismo, Gonçalves Namweiya.

Segundo a fonte, o projecto enquadra-se no projecto de reconstrução nacional em curso no país e teve início em Março deste ano, prevendo-se que dure seis meses.

Gonçalves Namwenha disse que os trabalhos sofreram ligeiro atraso devido ao período de estiagem que a província conheceu em 2007, o que afectou alguns ensaios da colação da relvas para se adaptar às condições climática na região.

A AGOP, a fonte referiu que, neste momento, o primeiro jardim no centro da cidade está na sua recta final, contando com equipamento de estética do recinto, candeiros, relvas e cadeiras de pousada.

O segundo jardim, também na cidade de Ondjiva, regista atraso ligeiro dos trabalhos, sendo que ainda é visível trabalho de preparação do terreno para a colocação da relva.

A par disso, acrescentou, a Direcção provincial das Obras Pública e Urbanismo do Cunene está a exercer uma pressão ao empreiteiro de modo a acelerar os trabalhos até Julho próximo.

De acordo com a fonte, os jardins ocupam um espaço de três hectares e comportarão ainda quiosque, biblioteca e uma área reservada à realização de feiras do livro, discos e outras manifestações culturais.

Por outro lado, Gonçalves Namwenha adiantou que

depois de terminada as obras os jardins devem ser bem cuidados pela população, em especial a camada estudantil, uma vez irá servir de local de recreação, distração e para estudos académicos.

### **3.5 Lei de processo constitucional representa uma grande inovação**

*Jornal de Angola 15-06- 2008*

A aprovação, na terça- feira, pela Assembleia Nacional, da Lei de Processo Constitucional representa uma das maiores inovações e a principal ferramenta que permitirá aos juizes do Tribunal Constitucional tomar decisões céleres sobre matérias da sua alçada, afirmou o jurista Raul Araújo.

De acordo com o antigo bastonário da Ordem dos Advogados, Raul Araújo, a falta de uma lei específica de processo constitucional era um dos principais empecilhos para o desempenho do Tribunal Supremo nas vestes de Tribunal Constitucional.

Segundo constitucionalista, a ausência deste instrumento originava a que o Tribunal Supremo demorasse na resolução dos casos, uma vez que não existia legislação especializada sobre a matéria, para se definir o procedimento a seguir perante conflitos de índole constitucional.

Segundo Raul Araújo, sem a Lei de Processo Constitucional, o Tribunal Supremo teve de trabalhar com base na Lei Processual Civil comum, que estabelece um conjunto de regras e procedimentos, com toda a conseqüente morosidade inerente.

Para o antigo bastonário, a criação do Tribunal representa a institucionalização de um órgão que está previsto na constituição angolana, que traz consigo a profissionalização e competência especializada dos juizes nesta matéria.

Com a função de controlo da constitucionalidade, compete ao Tribunal Constitucional verificar a conformidade das leis aprovadas pelo Parlamento, os decretos e decretos-leis dimanados pelo Governo e os tratados ou acordos internacionais que Angola venha a assinar.

Em matéria eleitoral, compete ao Tribunal Constitucional tratar de toda a matéria do contencioso eleitoral, bem como analisar e aceitar candidaturas para as eleições legislativas e presidenciais.

O jurista explicou que o Tribunal Constitucional apresenta um funcionamento e composição diferente dos tribunais comuns, uma vez que estes últimos são formados por juizes de carreira, pessoas que em regra ingressam para a magistratura e desenvolvem a sua actividade.

Contrariamente, o Tribunal Constitucional é formado por sete juristas, indicados por vários órgãos e cuja função principal cinge-se ao tratamento das matérias referidas.

### **3.6 Assembleia Nacional encoraja reformas para melhoria dos índices de governação**

*Jornal de Angola 18-06-2008*

A Assembleia Nacional encorajou ontem o Governo a prosseguir com as reformas que visam melhorar os índices de governação a todos os níveis, incluindo a gestão transparente dos bens públicos, através da reforma dos sistemas de justiça, fiscal, administração pública, saúde, educação e poder local, convertendo-os em verdadeiros instrumentos ao serviço de uma cidadania plena.

A recomendação consta do relatório parecer da Comissão de Economia e Finanças sobre o balanço económico geral do Governo referente ao aGE de 2007, que havia estimado receitas e fixado as despesas na ordem de 2 trilhões, 278 bilhões, 299 milhões, 037 mil 904 Kwanzas.

O relatório da Comissão parlamentar aprovado por 95 votos, 31 contra (da bancada da UNITA) e 8 abstenções demonstra, de uma maneira geral, as operações orçamentais, financeiras e patrimoniais executadas pelos órgãos da Administração do Estado naquele período.

Segundo o parecer da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, no decorrer daquele exercício foram realizadas receitas no valor de KZ2.534.860,3 milhões e despesas de KZ 1.748.670,7 milhões, do que resultou um excedente orçamental de KZ 786.189,6 milhões.

As despesas correntes foram executadas em 88,7 por cento, enquanto as de capital tiveram uma realização na ordem dos 64,8 por cento da despesa autorizada.

As despesas com investimentos, subsídios e outras transferências e serviços, segundo a Comissão de Economia e Finanças, apresentam um crescimento motivado pelo esforço que o Governo tem desenvolvido com o programa de Reconstrução Nacional.

No capítulo da situação financeira e patrimonial, o documento realça que a implementação do sistema contabilístico do Estado continuou a registar progressos em 2007, com destaque para a informatização do Sistema Integrado da Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

O relatório parecer da Comissão de Economia e

Finanças conclui, entretanto, que em termos de estrutura, 81 % das receitas fiscais totais foram petrolíferas e 19 por cento não petrolíferas.

Quanto às despesas fiscais totais, 65,7 por cento correspondem a despesas correntes e 34,3% a despesas de capital, enquanto os salários representaram 21,8% e os subsídios 13,8% das despesas fiscais totais.

Ainda segundo o relatório, o sector não petrolífero tem vindo a registar um comportamento "bastante positivo", e destaca o sector da construção com taxas de crescimento elevadas devido ao número de projectos públicos e privados que estão a ser implementados em todo o país.

A Comissão reconhece, entretanto, que a execução da política orçamental seguida pelo Governo tem contribuído para a estabilização e fomento do crescimento económico, tendo sido possível do limite do crédito orçamental global.

Para a Comissão de Economia e Finanças, o relatório económico apresentado durante a sessão parlamentar de ontem, pelo vice-ministro do Planeamento, Severim de Moraes, referente ao aGE de 2007, cumpre um papel de utilidade pública, uma vez que põe à disposição informações que contemplam dados sobre a forma correcta como os recursos do país estão a ser geridos.

A sessão parlamentar prossegue hoje com a análise e possível aprovação do ponto referente à autorização legislativa do Governo para proceder ao reajuste dos limites do OGE para 2008.

### **3.7 Ministro das Obras Públicas inaugura infra-estruturas sociais**

*Jornal de Angola 12-06-2008*

O ministro das Obras Públicas, Higinio Lopes Carneiro, inaugurou na passada terça-feira nos municípios da Tchicala Tcholohanga e Ekunha, província do Huambo, várias infra - estruturas sociais construídas de raiz.

Das infra-estruturas consta um Hospital municipal com capacidade para trinta camas e duas residências para enfermeiros e médicos, da Tchicala- Tcholohanga.

Para além da entrega do hospital municipal, foi de igual modo inaugurada uma escola do primeiro ciclo com seis salas de aula, com capacidade para albergar quinhentos e sessenta alunos, em dois turnos, isto no município do Ekunha.

Com a inauguração do novo estabelecimento escolar, construída pela empresa Longama e Filhos Limitada, num período de dois anos, perfaz para o sector da educação do Ekunha um aumento de cento e trinta e seis salas de aula.

O ministro das Obras Públicas, durante a sua estadia na cidade do planalto central, procedeu ainda à reinauguração do Clube Recreativo Municipal do Ekunha. No local manteve um encontro de cortesia com os membros do executivo provincial do Huambo.

De acordo com o ministro das Obras Públicas, que esteve no Huambo na qualidade de membro do grupo de acompanhamento para a província, os empreendimentos inaugurados enquadram-se no âmbito da estratégia do Governo central e provincial, que visa o aumento e melhoramento da oferta dos serviços sociais básicos às populações do planalto central.

Disse, por outro lado, que, a entrega do hospital municipal aos habitantes do município da Tchicala - Tcholohanga, que dista a 42 quilómetros da cidade do Huambo, vai contribuir de certa forma para redução da morbi-mortalidade dos cidadãos daquela área de jurisdição e como não bastasse, constituirá uma mais valia na ampliação da rede sanitária aos serviços dos cuidados primários de saúde.

O coordenador do grupo de acompanhamento para a província do Huambo, Higinio Carneiro deslocou-se ainda ao município do Bailundo, onde se inteirou das obras de reabilitação do Hospital municipal, e dos trabalhos de reabilitação da estrada que liga Sauilala-Bailundo.

### **3.8 Primeiro-Ministro defende clarificação do papel das autoridades tradicionais**

*Jornal de Angola 20-06 -2008*

O Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, reconheceu ontem, em Luanda, a necessidade de se definir o estatuto e clarificar o papel das autoridades tradicionais angolanas no contexto das instituições que concorrem para a realização do interesse público.

Fernando da Piedade Dias dos Santos, que falava na abertura do IIº Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola, deixou, entretanto, claro que o referido estatuto deverá conformar-se à Constituição do país e ter em conta um dos grandes desígnios nacionais, que é a construção de um Estado e uma Nação modernos, de matriz republicana, democrática e unitária.

O evento, que decorre até hoje, no Palácio dos Congressos, promove o debate e a reflexão sobre as acções das autoridades tradicionais no processo de pacificação e reconstrução nacional, bem como no fomento da unidade, da fraternidade e da tolerância política.

O governante referiu que a grande questão de natureza jurídica e política é de saber onde enquadrar as auto-

ridades tradicionais, tendo-se interrogado se será no aparelho do Estado-Administração, no quadro das autarquias locais, ou integrá-las num outro poder público.

O Primeiro- Ministro disse que estas respostas devem ser encontradas, tendo em conta as realidades histórico-culturais angolanas e também as perspectivas de desenvolvimento económico, tecnológico, científico e social do país.

Fernando da Piedade, que representou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no evento, disse que os participantes ao encontro promovido pelo Ministério da Administração do Território devem encontrar, no quadro da desconcentração e descentralização administrativa, o modelo ideal de entrosamento entre os poderes públicos e o exercido pelas autoridades tradicionais.

O Primeiro-Ministro anunciou, a propósito, que o Governo pretende, a médio prazo, instituir o poder autárquico para permitir, sobretudo, um maior envolvimento das populações no processo de decisão política e administrativa.

Fernando da Piedade esclareceu, entretanto, que o poder autárquico vai implicar a existência "real e efectiva" de uma autonomia local disposta de atribuições e competências próprias, que lhes permitem solucionar os problemas candentes da população sob sua jurisdição, sendo um poder representativo eleito, com órgãos democraticamente escolhidos em eleições competitivas. Mas as autoridades tradicionais constituem um poder cuja legitimidade advém da tradição e da linhagem, explicou.

### **3.9 Sobas só terão quadro jurídico legal em Setembro**

*. Novo Jornal 20-06-2008*

O GOVERNO vai aprovar em Setembro o quadro jurídico-legal das autoridades tradicionais, anunciou o coordenador da Comissão Intersectorial para o Estudo Jurídico das Autoridades Tradicionais, Virgílio Fontes Pereira.

De acordo com a mesma fonte, a comissão está a concluir, entre outras tarefas, o posicionamento institucional das autoridades tradicionais e a composição das suas estruturas de organização, as suas formas de subsistência financeira e o seu modo de relacionamento com os órgãos da Administração do Estado.

A criação da referida comissão pelo Presidente José Eduardo dos Santos, no ano passado, deveu-se ao reconhecimento pelo Estado do papel exercido pelas autoridades tradicionais na preservação de valores ancestrais e culturais do vasto tecido étnico-cultural angolano e na cooperação com a Administração Local

do Estado nas comunidades rurais. A comissão integra ainda os Viceministros dos ministérios da Administração do Território, da Cultura e da Justiça e dois docentes das faculdades de Direito e de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

Enquanto isso, a actuação das autoridades tradicionais em várias regiões do país está a abalar alguns líderes políticos na oposição, que alegam haver muita "interferência" do partido no poder, no que tange à mobilização de massas.

Segundo o presidente do Partido da Aliança Juventude Operária Camponesa de Angola (PAJOCA), Alexandre Sebastião André, as autoridades tradicionais em algumas províncias estão proibidas de receber qualquer pessoa ligada à oposição.

Lamentou, como exemplo, a atitude "irresponsável" das autoridades governamentais do Cunene que "prendem sistematicamente" activistas políticos que nas comunidades levam a cabo o trabalho de mobilização de massas para o reforço das suas estruturas.

"A situação inspira cuidados. Não podemos continuar a assistir a estes episódios tristes. No Cunene, membros do PAJOCA já foram presos mais de quatro vezes este ano", alertou, esperando que o governo central faça algo para conter estas "práticas anti-democráticas".

Por seu turno, o líder do Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional (PDP-ANA), Sediangani Mbimbi, revelou que a guerra que se seguiu à independência (1975) também impediu uma atenção mais cuidada das novas autoridades políticas aos detentores do poder tradicional.

O secretário para a informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", desvalorizou estas acusações, salientando que a ajuda que o seu partido dá destina-se a minimizar as dificuldades que as autoridades tradicionais enfrentam nas suas áreas de jurisdição, sobretudo no domínio da agricultura, por falta de instrumentos agrícolas e de transporte.

"O que eles recebem ajuda no desenvolvimento da actividade agrícola e nas deslocações do campo para a cidade e vice-versa e, conseqüentemente, na melhoria das suas condições de vida. Não é aliciamento", frisou.

### **3.10 Defendida clarificação do papel das autoridades**

*Agora 21-06-2008*

O IIº Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais teve lugar esta semana, em Luanda, sob os auspícios do Ministério da Administração do Território, para promover o debate e reflectir o papel do poder tradicional no processo de pacificação e reconstrução nacional, no fomento da

unidade, fraternidade e da tolerância política.

Na ocasião, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, defendeu a clarificação do papel das autoridades tradicionais, considerando as realidades históricas e culturais, bem como as perspectivas de desenvolvimento económico, tecnológico, científico e social do país.

O governante disse esperar que os resultados do encontro constituam um contributo para a definição do estatuto e a clarificação do lugar da liderança tradicional na comunidade e, sobretudo, para encontrar-se, no quadro da desconcentração e descentralização, o modelo ideal de entrosamento entre os poderes públicos e os exercidos pelas referidas autoridades.

"Não podemos perder de vista que pretendemos, a médio prazo, instituir o poder autárquico, de modo a aprofundar a democracia, permitindo um maior envolvimento das populações no processo de decisão política e maior eficácia e celeridade dos serviços administrativos, em virtude da maior proximidade dos problemas específicos", enfatizou.

"Nandó" sustenta que o poder autárquico, a ser instituído, consagra a descentralização administrativa e há-de implicar a existência real e efectiva de uma autonomia local, dispondo de atribuições e competências próprias, que lhes permitam resolver os problemas da população, da sua área de jurisdição.

Nesta perspectiva, sublinhou, impõe-se a clarificação do lugar das autoridades tradicionais no contexto das instituições que concorrem para a realização do interesse público, pois é pouco difuso se deve ser enquadrada no aparelho do Estado-administração, no quadro das autarquias locais, ou integrá-las num outro vector.

### **3.11 Legislativas e a (re)distribuição do poder real**

*Angolense 28-06-2008*

Seis anos depois de vencido o marcante ferrete do fatricídio que envolvia, ingénua e estupidamente, irmãos desencontrados na vida da política desde os tempos da guerra nacionalista, com o acicate do empurrão da Guerra Fria, por um lado, e o degelo do conflito sino-soviético, por outro, os angolanos preparam-se para pela segunda vez votar massivamente, a favor daqueles que os vão representar no Parlamento e formar Governo.

Tal cenário não deixa de ser interessante e mesmo inédito, pelo menos 16 anos(1992), sem que os angolanos vão a votos para votar um novo Parlamento. O insólito é mais interessante ainda, porque, ironicamente, coisas que o desti no tece - o (novo) PR só virá a ser eleito o próximo ano e, curiosamente, é a quem compete, constitucionalmente, nomear o Governo, sob proposta do partido mais votado.

Tal teórica jurídico-constitucional permite aquilatar que, a ser da oposição o PM, dará num verdadeiro cabo de sarilhos ... ou não é tanto assim? Arribulada querela que a simultaneidade:

Iº) (legislativas e presidenciais) do pleito deveria acautelar, à partida, caso fosse opção do CR no final do ano, mesmo reconhecendo o seu mero carácter consultivo, sem qualquer poder vinculativo, estando as suas eventuais decisões "refens" do poder discricionário do PR, no acaramento das sus deliberações ou não;

IIº) sendo (eleições)separadas, como ocorrerá agora(distribuídas entre 2008 e 2009) restará esperar para ver no dia D+ o(s) seguinte(s) ... cenários menos bonançosos em termos de convivência institucional.

Uma questão se colocará: um PR não eleito ( desde pelo menos 1997) (quando deveria ocorrer as segundas presidenciais) e um PM (delegado pelo Partido que ganhar o voto maioritário de 2008), qual deles terá maior legitimidade popular?!

Assim sendo, sem ser-se "mensageiro da desgraça alheia", o próximo ano será um ano de crise político-institucional permanente entre o PR e o PM (nao sendo eventualmente esta última entidade da mesma coloração políticopartidária que o Chefe do Governo, que na ocorrência é o PR). Nestes termos, tal (in)congruência constitucional e eventual conformação da vontade do eleitor, resultará numa precária coabitação política entre o PR e PM, caso este, repita-se, saia da oposição.

(Ainda assim, um à parte, a lição negativa ou positiva da recente solução de "partilha do poder" no Quénia desmilitarizado não deixa de ser interessante, afora a confusão pós - eleitoral no até então "paraíso democrático africano"?! O exemplo do Zimbabwe onde Mugabe volta e meia bloqueia o processo democrático não deixa de ser relevante como lição a ser apreendida ou mero "estudo de caso", mesmo para o mais pedante dos observadores.

Na verdade, temos que aprender com as experiências amargas, as lições positivas dos outros, quer em África ou noutros continentes, mesmo em países como os Estados Unidos, onde Hilary Clinton reconheceu prontamente a derrota e partiu para uma estratégia unitária no quadro dos democratas, contra uma eventual cisão que facilitaria os conservadores Republicanos.

De resto, mágoas doutro rosário, que a ideia da vitória da maioria relativa pelo MPLA ajudará a alijar, num cenário em que a maioria absoluta por banda de qualquer partido é muito má conselheira, pois, entre outras razões já conhecidas pelo nosso incipiente processo democrático, tende a inviabilizar o equilíbrio necessário (!) ao jogo democrático, embora neste domínio o povo é quem detém a soberania, na hora e dia de depositar o seu voto na urna! ... pontapeando-se



a lei eleitoral à mistura, que prevê apenas um dia, o que só acaba por reforçar as suspeitas da oposição e os apelos quanto ao jogo limpo ...

Nesta vereda, a pouco mais de 80 dias para a realização das eleições legislativas, enquanto o MPLA e a UNITA se desdobram à escala do território nacional na sua pré-campanha eleitoral, vendendo a sua mensagem política, quer da continuidade para o desenvolvimento, quer da mudança abrupta do regime, a maior parte dos partidos políticos continuam a "vez navios" e a "banda a passar", como que à espera do soar do apito da campanha eleitoral para mostrarem o que valem, depois do tiro de partida, para realinhamento do sistema eleitoral e, conseqüentemente, do sistema político-partidário (marcado pela danosa inflação partidária, cerca de 100 legalizados(?) recentemente pelo Tribunal Supremo), dado pelo PR, com o anúncio das legislativas para 5 de Setembro, endossando a decisão final da realização do acto eleitoral em mais de um dia, sacudindo assim a água do capote.

O MPLA, que detém a maioria absoluta no Parlamento, já avisou à navegação. Na voz autorizada do seu "porte parole", Norberto dos Santos, já deu o mote que vai votar a favor da última solução(2 dias), o que deixa escapar que o endossamento à AN do seu líder, não é de todo em todo, inocente (apesar e atender a uma recomendação do CR), em termos de gestão de estratégia e tática políticas, indiciando, ainda que tacitamente prévia concertação político-constitucional, a "contrário sensu" do que estabelece a Lei Eleitoral - um único dia apesar das ponderosas razões cilmáticas previamente aduzidas.

Postas assim as cartas na mesa, "quid yuri"?

A UNITA e o resto da oposição que não consegue articular uma estratégia eleitoral comum, já contestou os dois dias, mas tudo indica que o ponto em aberto deixado pelo CR, em que se ancorou o PR, na sua convocação das eleições, vai vingiar ... levando a água para o seu moinho.

A história da bipolarização repete-se. Com o esquema bipolar previamente traçado, a história tende a repetir-se como em 1992, noutros termos, para lá de afastada, terminantemente, a bicefalia militar, que levou à forja à última da hora do comando unificado das FAA para "inglês ver"...

Alguns analistas argutos e observadores atentos da cena política angolana acreditam que é aqui, onde dever-se-á desequilibrar o fiel do balanço de forças entre os dois pesos pesados (MPLA e UNITA), abrindo-se o caminho para uma terceira via alternativa, ou pelos menos susceptível de equilibrar o predomínio de ambos.

Neste interim, com os partidos com maioria parlamentar depois da UNITA completamente estrçalhados e quase sem hipótese de concorrer às eleições(PRS, PSD e FNLA), a FPD poderá emergir

como uma nova força política no cenário da disputa eleitoral, apesar da sua vocação tendencialmente urbana, sendo um partido forjado na Mutamba, a capital de Luanda, centro político-administrativo do país, onde se acham o palácio, a alta finança, a nova sede petrolífera, para não variar na macrocefalia reinante, e a maior parte das novas torres de Luanda.

O factor urbano será ainda mais relevante tanto em termos do microcosmos partidário, como do macrocosmos da implantação nacional, sendo certo que o grosso dos eleitores estão concentrados nas principais cidades, -tal foi a onda migratória registada nos últimos anos campo-cidade(!), em consequência do estúpido e horrendo fatricídio.

Nesta perspectiva, a audiência nas zonas mais recônditas será a mais autêntica fonte de legitimidade!? Não.

(!)Note Bem: o famoso princípio basilar da ciência política "Taks and balance" (balanço de forças; equilíbrio de poderes) tem sido Posto à prova, não se esgotando na mais aparente do que real independência dos três poderes (judicial, executivo e legislativo), como é o nosso caso, onde sobreleva o executivo.

No Brasil, por exemplo, hoje a primazia tem sido atribuída ao Supremo Tribunal da Justiça. Mas, a devastação mediática dos ministros (juizes do Supremo) no ano passado, no alegado envolvimento em escândalos do "jogo do bicho" deve ter abalado o topo do bloco principal do vértice da pirâmide social.

O PR do "Palácio do Planalto" só tinha um mandato. Mas, Fernando Henriques Cardoso foi votado duas vezes, após prévia revisão constitucional.

Lula será votado eventualmente pela terceira vez, após prévia revisão da aparentemente inamovível cláusula pétrea da Constituição brasileira que fixa( va) até aqui somente os dois mandatos para o PR.

Para o caso angolano, descontado este formalismo jurídico, o tempo materialmente vivido e sofrido não conta em termos de mandatos efectivos?!A resposta, salvo melhor entendimento dos politólogos e constitucionalistas mais argutos, só poderia ser pela afirmativa, numa altura em que se fala da reforma da maioria dos velhos deputados eleitos em 1992?! Não tanto por falta de lucidez, velhice, invalidez ou cansaço, mas por excessiva mudez!!!Amén!

### **3.12 Papel das autoridades tradicionais discutida em luanda**

*Cruzeiro do Sul 28-06-2008*

O Ministério da Administração do Território (MAT) realizou entre 19 e 20 de Junho, no Palácio dos Congressos, em Luanda, o "Segundo Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais em Ango-

la" .

Sob o lema, "As Autoridades Tradicionais e os Desafios da Paz e Reconstrução Nacional", o evento teve o objectivo de abordar a problemática das instituições do poder tradicional, dada a sua realidade, histórica, sociológica e cultural que exige a aperfeiçoamento e dignificação como mais uma forma de representação do pluralismo social e político.

A cerimónia de abertura coube ao Primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", que, na ocasião, defendeu a clarificação do papel das autoridades tradicionais, tendo em conta as realidades históricas e culturais, bem como as perspectivas de desenvolvimento económico, tecnológico, científico e social do país.

Discursando em representação do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, o Primeiro Ministro disse esperar que os resultados do encontro constituam um contributo para a definição do estatuto e a clarificação do lugar da autoridade tradicional no processo de liderança comunitária e, sobretudo, para encontrar-se, no quadro da desconcentração e descentralização, o modelo ideal de entrosamento entre os poderes públicos e os exercidos pelas referidas autoridades.

Já o Ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, na qualidade de anfitrião, dando as boas vindas aos presentes, defendeu que as autoridades tradicionais constituem o garante da intermediação e prossecução dos interesses do Estado junto das populações.

O ministro disse também que a abordagem das questões ligadas às instituições do poder tradicional apontam para a necessidade do reconhecimento jurídico e foral de uma realidade préexistente ao poder do Estado.

O rei Ekuikui IV, falando na língua nacional "umbundo", mostrou-se satisfeito com a iniciativa do Governo em discutir a situação das autoridades tradicionais que muito podem fazer para uma grande e efectiva ligação entre o povo e o poder político.

# 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

## 4.1 Comício confirma popularidade do MPLA na comuna do Kikolo

*Jornal de Angola 1-06-2008*

Caso a moldura humana presente ontem no acto de massas realizado pelo MPLA no bairro do "Panga Panga", no Kikolo, reflecta a intenção de voto dos seus populares nesta força política, então o partido no poder pode ter meio caminho andado para bons resultados nas próximas eleições naquela comuna do município do Cacuaco, em Luanda.

Isso mesmo deixou transparecer primeiro secretário provincial do MPLA, que presidiu ao acto que contou com a presença de milhares de militantes, simpatizantes e amigos deste partido. Em declarações à imprensa no final da actividade, Bento Sebastião Francisco Bento, disse que o mesmo (o acto de massas) representava uma "vitória política" do seu partido no Kikolo.

"Este foi um acto de massas maravilhoso e podemos mesmo dizer que foi uma grande vitória política para o Kikolo", disse Bento Bento, antes de declarar que o MPLA no Kikolo e em Cacuaco no geral, vai bem.

Durante a sua intervenção no acto de massas, o primeiro secretário de Luanda do MPLA transmitiu aos militantes os resultados da IIIª Conferência Nacional deste partido, decorrida de 9 a 10 de Maio.

Bento Bento citou o Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, para apelar aos seus militantes a não cantarem vitórias antecipadas, pois "o jogo (entenda-se eleições) ainda não começou. Ainda assim, o político crê piamente na vitória do seu partido.

Sobre o programa de Governo do MPLA para os próximos quatro anos, o "número um" deste partido na capital do país lembrou que o mesmo prevê o aumento da representatividade das mulheres no executivo e no próximo Parlamento, assim como mais empregos para os jovens.

Ainda no que toca à juventude, o programa conta também com a construção de milhares de residências em toda a extensão do país, bem como a criação de pelo menos uma universidade em cada uma das 18 províncias.

Na sua intervenção, Bento Bento mostrou-se agastado

com a oposição que, segundo ele, ao invés de simplesmente criticar as políticas do Governo chega também a ofender. Para o político, tal comportamento não é salutar para a reconciliação nacional em curso no país.

Durante o acto, foram entregues 15 motorizadas, televisores, fogões de cozinha e aparelhagens de som aos militantes mais destacados do Kikolo.

A organização feminina do MPLA na comuna recebeu do primeiro secretário provincial uma carrinha "zero quilómetro".

## 4.2 Pedro Sebastião pede a apoiantes do MPLA que promovam a paz e a reconciliação

*Jornal de Angola 2-06-2008*

O primeiro secretário provincial do MPLA no Zaire, Pedro Sebastião, exortou os militantes do seu partido a serem embaixadores da paz e reconciliação nacional, e a pautarem o seu comportamento em por atitudes que não incitem à violência no seio da sociedade.

O dirigente partidário falava perante milhares de cidadãos, oriundos de todos os municípios da província do Zaire, que se juntaram num comício popular realizado sábado, no jardim infantil da cidade de Mbanza Congo, no quadro da preparação do partido para as próximas eleições legislativas, marcadas para os dias cinco e seis de Setembro de 2008.

Durante o comício, Pedro Sebastião apelou ainda os militantes do partido a fazer tudo que estiver ao seu alcance, neste momento específico da preparação das eleições, para que o MPLA saia vitorioso com maioria absoluta.

"O partido está a preparar-se para as eleições que nós temos a certeza que vamos ganhar, mas não queremos uma vitória qualquer; é por isso que cada um de nós tem que trabalhar cada vez mais e melhor para que a nossa vitória seja uma vitória convincente, sem margem de dúvidas", pontualizou.

O número um do maioritário no Zaire sublinhou ainda que, para tal é necessário que cada militante, onde quer que esteja, no bairro, no local de serviço ou na aldeia, tem de ser um mobilizador dos menos esclarecidos e indecisos.

"O MPLA mostrou ao longo dos anos que governa o país que tem experiência governativa suficiente, que pode governar e tirar o povo do sofrimento e dar segurança e estabilidade ao nosso país no seu todo," indicou.

No final do comício, que paralisou por completo a antiga cidade de São Salvador do Congo, Pedro Sebastião encabeçou uma passeata que envolveu centenas de viatura e motorizadas nas artérias d,Mbanza Congo.

### **4.3 Arbitariedades no processo de registo e recolha de assinaturas**

Fo

Os partidos políticos da oposição estão a viver situações difíceis, face a exigência de recolha das assinaturas, numa clara violação a lei para a aprovação e a legalização dos partidos políticos.

Se uma formação partidária é legalizada, respeitando todos os requisitos e depois é reconhecida pelo Tribunal Supremo, não faz sentido que artifícios administrativos estejam agora a ser utilizados no sentido de impedir a sua participação no pleito eleitoral, com a actuação sistemática para impedir que os cidadãos subscrevam listas de candidatos dos partidos políticos.

E para animar o regabofe a Comissão nacional Eleitoral não fez nenhuma educação cívica sobre o direito do eleitor ser proponente e desconhece, até hoje, a fórmula de entrega do processo de assinaturas.

Recentemente ao receber a delegação de um partido político, o presidente do CNE, Caetano de Sousa disse ter instado o Tribunal Supremo sobre o assunto e que este em função dos novos desenvolvimentos na estrutura da justiça, passaria a bola para o novel Tribunal Constitucional, que ainda não viu promulgada a sua existência, pelo Presidente da República.

Ainda sobre estas discrepâncias a FpD oficiou o Tribunal Supremo, o Primeiro Ministro e o Presidente da Assembleia Nacional, mas até agora, segundo Filomeno Vieira Lopes, não recebeu qualquer resposta e justificativa.

Uma das críticas da oposição refere-se a muitas prisões, consideradas arbitrárias, dos seus membros durante as empreitadas de sensibilização dos cidadãos para a recolha de assinaturas, paradoxalmente exigidas pelo governo.

Casos houve no Kwanza Norte em que a Polícia, alegando confisco dos cartões eleitorais, impediu a FpD de exercer o seu direito, tal como o PLD e o PAJOCA no Kwanza Sul.

Em muitas regiões, alegados agentes do SINFO, são acusados de ameaçarem os cidadãos se estes se dispuserem a fornecer assinaturas a outros partidos. "Ameaçaram-nos dizendo que as assinaturas só podem ser recolhidas no interior dos partidos políticos", disse

ao F8, em Cabinda, um militante da FpD.

E esta parece não se tratar de uma questão isolada, tão pouco da palavra de um ou outro agente, se tivermos em linha de conta as mais recentes declarações do governador do Namibe, Boavida Neto, de os eleitores não entregarem os seus cartões para registo dos outros partidos, porque "o MPLA é o povo e o povo é o MPLA".

Em Malanje, por sua vez o governador ameaçou os partidos políticos da oposição de prisão caso se reunam no período nocturno, como se isto fosse crime, excepção aos "camaradas". Caricatamente os ataques e ameaças em Malanje ocorrem no período da noite, numa prática que remonta a 1977.

Nos últimos dias dois militantes da Frente foram violentamente agredidos nesta província quando estavam a coligir dados sobre as assinaturas. Todo o seu material foi roubado bem como o equipamento que se encontrava no local.

Apresentada queixa na Direcção Provincial de Investigação Criminal, esta vem sendo acusada pela direcção de Filomeno Vieira Lopes de passividade e relaxamento, por não ser um caso do MPLA.

O mais risível na nossa democracia é o impedimento velado, dado a uma grande parte das empresas com fotocopiadoras, nas várias províncias de fotocopiar cartões eleitorais de outros partidos políticos.

"O MPLA usa e abusa do poder e utilizando as instituições do Estado fizeram fotocópias dos cartões de eleitores e solicitaram o número de cada cidadão antes mesmo de acabar a 1ª fase do registo e muitos dos eleitores nem sabe para que efeito foi o pedido", denunciou David Martins.

Por todas estas suspeições seria importante, o pronunciamento de uma entidade com interferência nesse processo, para se dissiparem as dúvidas existentes face aos problemas que a subscrição está a provocar e explicarem os direitos e deveres dos eleitores (Ver caixa).

*lba 8 21-06-2008*

### **4.4 A quotização das mulheres e os critérios de ascensão pública**

*Cruzeiro do Sul 28-06-2008*

Em tempo de eleições, estávamos à espera que as quotas fossem um trunfo dos partidos políticos. Já passamos pelas quotas partidárias que foram, e ainda são, a base do GURN.

Agora, de modo mais afirmativo, caminhamos para as quotas para as mulheres. Nas próximas eleições, quem sabe, as quotas venham a ser trunfos eleitorais junto de outras classes que mereçam também a chamada discriminação positiva: negros (que se queixam de ser

uma maioria preterida para os bons lugares), grupos étnicos (que se sentem mal representados num poder de umbundos e kimbundos) ou até as quotas etárias (os mais velhos que se queixam de ser preteridos por causa da idade).

Quando toca a resolver alguns desses problemas, como o do acesso dos negros a empregos mais bem pagos ou mais cobiçados, ou mesmo como uma maior presença de determinados grupos étnicos nas esferas do poder, pede-se tempo. E, de facto, é um problema de tempo como provam os últimos anos em o número de negros que teve acesso à escola é grande e logo, há mais negros disponíveis a disputar o mercado de trabalho com quem antes era uma minoria com saber técnico e qualificação profissional.

O quadro dos primeiros anos da independência foi quase extinto com a formação de quadros que o país registou e o país só não conheceu benefícios maiores porque os critérios de selecção nem sempre foram os de qualificação técnica. Os que naqueles anos queriam soluções radicais de substituição de cidadãos por causa da cor da pele estavam, é hoje mais evidente, absolutamente errados. Felizmente, não vingou esse princípio e hoje não é a cor da pele que determina a substituição ou a nomeação mas antes a qualificação e a competência.

Os casos onde ainda hoje há um predomínio numérico não negro (alguns bancos, empresas petrolíferas e empresas estrangeiras) são claramente alvo de suspeição geral da sociedade, já o equilíbrio rácico que não tínhamos ao nível do saber está hoje mais ou menos adquirido.

A moral da nossa própria história é que as quotas são, de um modo geral, uma resposta leviana para problemas sérios e representam um potencial de injustiça, como a que se teria cometido contra os angolanos não-brancos competentes se fossem substituídos por negros, apenas por serem negros.

Para um país como o nosso, atrasado e novo, as quotas nada resolvem e acentuam a promoção da pouca qualidade e da competência técnica. Ora, estes dois valores nada têm a ver com a cor política, com a cor da pele ou com o sexo da pessoa.

Há, entre homens e mulheres, negros e brancos, partidários e apatidários, pessoas que são competentes e outras que são incompetentes. A qualificação técnica e a competência profissional decorrem de elementos como formação académica, experiência profissional ou requisitos para ocupar um determinado posto ou, como caso da competência, da performance do indivíduo, das suas acções e dos resultados do seu trabalho.

Juntar o sexo nessas qualificações é cometer o mesmo erro que os homens, quando há uns anos, pensavam que era isso que determinava a sua superioridade. Agora, com as quotas, os homens precisam de ser com-

petentes e qualificados mas as mulheres, como os homens do passado, não precisam mais do que ter o sexo apropriado.

Não se pense que todos os homens que ocupam lugares públicos são competentes porque, como aqui foi já dito, muitos deles foram promovidos por critérios que não valorizam esses elementos.

Não é por isso que os devemos substituir por alguém em iguais condições. O país precisa de gente competente para substituir os que dirigem mal o nosso país. Nisso não se deveria olhar para o sexo dos candidatos mas antes ao currículo.

O poder masculino nesta matéria está a diminuir como se pode aferir da maioria feminina reinante hoje nos cursos das diferentes faculdades, nas escolas do ensino médio e nas escolas técnicas.

A luta pela igualdade é mais do que justa. Os resultados começam a chegar de modo seguro. Nas faculdades do país, em todas elas, a maioria feminina é clara, não só no número de alunas mas também nos quadros de honra.

Naturalmente, essa competência e essa boa formação académica vão dar lugar a cargos, títulos e equilíbrio. Sem quotas, temos tido já alguns exemplos de competência e de qualificação.

Não haveria insulto maior para Luzia Sebastião ou para Maria Imaculada Melo alguém pensar que lá estão por serem mulheres. São, obviamente, mulheres, mas lá estão por serem competentes e serem qualificadas.

Esse raciocínio da qualificação ao invés da biologia é algo que as quotas não deixam ver. As quotas procuram resolver, de modo precipitado, algo que pode ser feito sem sacrificar aquilo que o país pede de nós neste momento: qualidade. E as quotas são mais perversas ainda porque apontam para cargos políticos e governamentais sem reparar que tais cargos devem decorrer de experiência profissional e de credibilidade técnica, o que só se consegue se antes houver esse reconhecimento entre pares. De resto, o GURN já deu alguns exemplos suficientes para sabermos que o caminho deve ser outro.

Se não houvesse essa obsessão, igualzinha a dos homens pelos cargos políticos e de governação, teríamos em conta o número de mulheres que se formam todos os anos, o número de outras que dirigem famílias, que entram em profissões chamadas de homens e o modo como esses exemplos se vão multiplicar nos próximos anos.

Somos, obviamente, mais a favor de medidas legislativas e educativas para que as mulheres capazes consigam os lugares merecidos por isso, e, em caso de alguma discriminação, tenham ao seu dispor a possibilidade de queixa, de análise independente dos casos e de ver punidos todos os homens e mulheres que

ainda vivem o complexo de ver o gênero oposto ascender.

Temos um país para construir e não podemos sacrificar a qualidade e a competência para atender pretensões de grupos. Foi assim com o GURN e com a lógica militantista que ainda domina o país. Sufocou-se tudo em nome do bom militante ou dos arranjos políticos.

Foi nitidamente mau, como todos tivemos a oportunidade de verificar com a má qualidade de alguns deputados, governantes e dirigentes. Será, certamente, reincidir-se no erro, se não houver a preocupação de dar tempo ao tempo, assegurando-se de que não seja a condição de mulher, negro ou político a determinar numa nomeação mas, antes, a qualificação técnica.

E como vivemos todos no nosso país, convém dizer também que não acreditamos que todas as decisões são movidas de boa fé. Há quem, a pretexto da qualificação, vai discriminar uns e outros e para esses casos temos de ter leis e regulamentos rigorosos, fiscalizáveis e que prevejam altas punições.

Isso dá-nos, enquanto país, uma perspectiva mais segura do que a solução das quotas femininas, negros, de políticos ou de carácter étnico.

#### **4.5 As quatro faces das eleições**

*Cruzeiro do Sul 28-06- 2008*

Está tudo em marcha para a realização das eleições legislativas em Setembro próximo. Os desafios para o Estado, os Partidos e os cidadãos são imensos e podemos referir os seguintes: o saber votar, o saber escolher, as condições para se poder votar e o pós eleições.

O saber votar, sendo a capacidade e habilidade técnica e psicomotora de, no dia da eleição, saber "riscar", saber apontar no boletim de voto e de forma livre e secreta e, meter na urna. Aparentemente é simples, mas o défice de praticar isso é grande, porque há muita gente que nunca exerceu este direito, até ao nível associativo no bairro, na escola, no local de trabalho ou outros espaços sociais para escolher livremente os líderes locais ou seus representantes legítimos.

Portanto, vai ser preciso muito trabalho educativo com métodos activos, por exemplo, as simulações. O défice de democracia representativa é realmente tão grande a começar da base.

O saber escolher é outro desafio. O aspecto racional, isto é, o pensar, e o lado do afectivo, da emoção, joga uma forte influência nesta questão. Neste sentido a informação diversa, plural e adequada é um ponto fundamental para gerar o conhecimento que ajuda a decidir a quem escolher.

Por outro lado, a qualidade das propostas que nos são

feitas pelos partidos são de terminantes ao sentido de voto do cidadão.

Para além desta dimensão política e da capacidade dos partidos em persuadir o cidadão a aderir às suas propostas, há outros aspectos sociológicos, familiares, culturais, históricos que exercem influência nisso: as lembranças que temos de quem nos fala e promete algo; o medo da "politicã" - cuidado, não se meta nisso! As amizades. As relações familiares. As opções dos que fazem parte dos grupos de pertença e outros.

Apesar da consciência política na nossa sociedade ter evoluído bastante nos últimos anos, fruto da experiência e de outras influências, ainda não há uma grande maturidade e aprendizado sobre as eleições. Assim, retomar os ciclos eleitorais no plano global e local é algo de mais importante em termos de ganhos da sociedade.

As condições para se poder votar são importantes. Não bastam as condições políticas, administrativas, tecnológicas e técnicas para a eleição.

Os cidadãos não tomam decisões políticas, mas elegem os decisores políticos a democracia representativa na sua vertente eleição está assente em procedimentos formais que não contabilizam as condições para, que os procedimentos possam ser efectivos.

Por exemplo, se a sobrevivência das pessoas está em causa para ir votar. Há garantias de segurança para se votar?

Finalmente, o pós eleições.

O grande desafio vai ser desenvolver mecanismos de prestação de contas. Fazer com que as promessas feitas por quem vencer, mas não ganhou sejam efectivas e verdadeiramente cumpridas.

Aí o desafio será possível através da democracia participativa - defesa dos interesses individuais e colectivos, da cidadania, igualdade de oportunidades, do associativismo, da redistribuição equitativa dos rendimentos da riqueza, tudo isso por via dos actores sociais, do estado, etc.

#### **4.6 "Fiscais Invadiram comité municipal da UNITA e levaram latas de tintas"**

*Angolense 28-06- 2008*

"Os fiscais levaram tintas, pilhas e baldes grandes. Eles apareceram na companhia de um militante do MPLA chamado Quim, ofenderam verbalmente os pintores e receberam o material de trabalho", contou Alexandre Dias dos Santos.

Disse também os trabalhos ficaram interrompidos e a

inauguração ficou adiada. "Devido ao incidente foi adiada para a próxima semana", frisou.

Contou depois que tiveram muitas dificuldades até conseguirem arrendar o local em questão, pois foram rejeitados por diversas vezes. "Sempre tivemos dificuldades para arrendar um sítio aqui, porque todos os contactos que fazíamos eram boicotados pelo MPLA", lamentou.

"Todos os senhorios que pretendiam nos arrendar uma casa foram ameaçados pelo pessoal do MPLA", acrescentou. A pressão é tal que, segundo o seu relato, o proprietário da casa onde funcionará o comité sentiu-se obrigado a mudar de bairro devido às constantes ameaças.

"Ele disse que lhe disseram para não arrendar o imóvel para os da UNITA e o pressionavam nesse sentido, de tal modo que preferiu sair do bairro", contou.

O coordenador da maior força da oposição no Sambizanga ligou este facto a intolerância política.

"Os do MPLA montaram uma bancada ao lado do nosso comité, com fotografia do seu presidente, onde promovem bebedeiras, só para atrapalhar o nosso trabalho, mas não vão conseguir, porque o povo quer mudança e nós somos os agentes de mudança", frisou, já num tom eleitoralista.

Segundo o Administrador Comunal do Sambizanga, essas acusações são falsas e têm o único objectivo de angariar dividendos políticos. "Isso não é verdade.

Naquela casa funciona um clube de vídeo e eles estavam a fazer pintura sem o conhecimento da administração, por isso os fiscais foram para lá, porque se tratava de uma transgressão e retiraram as tintas", explicou.

Acrescentou que os fiscais falaram com os pintores com todo respeito. "Só depois de se retirar as tintas é que os homens da UNITA apareceram para dizer que se tratava do comité municipal, portanto, concluo que querem tirar dividendos políticos", disse.

#### **4.7 UNITA sufocada nas teias da intolerância política**

*Angolense 28-06-2008*

Num momento em que faltam três meses para as eleições legislativas, o Secretariado da UNITA em Benguela constata que o "vandalismo político" no interior da província está a dificultar a sua reimplantação física, iniciada há pouco mais de três anos, altura em que o Engenheiro Victorino Nhany foi indicado para o cargo de Secretário Provincial, até então ocupado por Francisca Prata, tida como responsável pela letargia que caracterizava a acção

partidária nesta parcela do país.

Uma missão do "galo negro", encabeçada pelo seu Secretário para Reinserção Social, Augusto Neleho, confirmou o espancamento, no início deste mês, no município do Cubal (que dista a 140 quilómetros da sede provincial), de cinco militantes do referido partido, neste momento sob cuidados médicos.

O Secretariado da UNITA aponta o dedo acusador a um grupo de trinta elementos afectos ao MPLA, partido no poder, e esclarece que tudo aconteceu dois dias depois de consumado o regresso ao Songue/Kalombala, uma povoação daquele município.

Preocupado, sobretudo pelo início da contagem decrescente em direcção às legislativas, o partido de [saías Samakuva diz ser lamentável que um alto dirigente do MPLA, o Primeiro Secretário Municipal, Veríssimo Sapalo, esteja por detrás de tamanha barbárie.

De acordo com relatos chegados ao Angolense, os agressores foram orientados por Veríssimo Sapalo, igualmente administrador municipal.

Entre as vítimas, todas elas em recuperação na sede provincial, figura Ernesto Chimbaia, soba da região, que ficou sem a chave da sua motorizada e nove mil Kwanzas, momentos antes de ter sido amarrado, conforme a versão da UNITA.

A acção atribuída a um grupo de elemento afecto ao maioritário resultou ainda no desaparecimento da bandeira dos "maninhos" e de outros haveres que se encontravam no local.

Fontes independentes confidenciaram ao Angolense que militantes do segundo maior partido político têm sido acusados de posse ilegal de armas de fogo - mas a UNITA continua a refutar -, razão pela qual o espectro de tensão parece estar de regresso.

No encontro que manteve com o comandante municipal da Polícia, o superintendente António Pinto, gorada a possibilidade de um contacto com a Investigação Criminal, a missão partidária encabeçada por Augusto Neleho recebeu garantias de que tudo seria feito para o fim de casos do género.

O Angolense apurou, por outro lado, que o administrador está zangado com os integrantes da missão que esteve no Cubal, uma vez que as Imagens que mostram o triste cenário estarão já repousar na banca do governador Dumilde Rangel.

"O administrador Veríssimo Sapalo acha que deveria ter sido consultado pelos dirigentes partidários", sintetizou a nossa fonte.

Comandante da Polícia aconselha UNITA a apresentar queixa

Preocupado com relatos de actos similares que ocorrem um pouco por toda a província, fundamentalmente enquanto cidadão, o comandante provincial da Polícia Nacional, comissário António Sita, aconselhou a UNITA a tratar do assunto por via do comando local da PN e da Investigação Criminal.

"Ainda assim, vou procurar saber o que se passa", salientou, em exclusivo ao Angolense, o também delegado do Interior, que disse antever um clima mais complexo nos próximos tempos.

Alheio à ocorrência, António Sita não pôde fornecer dados adicionais, mas nem por isso deixou de sublinhar que existem partidos que pretendem tirar dividendos de querelas políticas.

"Reafirmo, portanto, que o partido lesado deve formalizar queixa ao Comando da Polícia no Cubal" , sublinhou. Confrontado com as acusações que pesam sob a UNITA (posse de armas), considerou que o procedimento deve ser o mesmo, escusandose - por não ser o autor das mesmas - a emitir o seu ponto de vista sobre as consistência destas alegações. "O partido deve apresentar queixa por difamação", afiançou. Por estar em causa o nome de um alto dirigente do MPLA na província de Benguela, o Angolense tentou ouvir a versão de Zacarias Davoka, secretário para Informação do Comité Provincial, mas não foi bem sucedido.

Importa sublinhar que o partido da situação optou sempre por desafiar a UNITA a apresentar provas das acusações que faz.



# 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

## 5.1 Centro da formação a 559 órfãos

*Jornal de Angola 2-06-2008*

Quinhentas e cinquenta e nove crianças e jovens, maioritariamente órfãos, estão a frequentar o ensino de base ou cursos de formação profissional, em regime de internato, no Centro Polivalente Nzoji, uma instituição do Ministério do Interior.

Além destes alunos internos, provenientes de dezasseis províncias do país, o centro dá formação a mais 48 crianças que residem nos bairros vizinhos da comuna de Calumbo, em Viana.

A informação foi prestada ontem, em Luanda, pelo director do centro, Orlando Alves, à margem de um encontro recreativo e cultural proporcionado aos alunos em alusão ao 10 de Junho, Dia Internacional da Criança.

O encontro, marcado pela presença de 22 crianças de rua da cidade de Luanda convidadas pela direcção do centro, foi presidido pelo vice-ministro do Interior, José Bonaquina Zau.

Orlando Alves disse que para as crianças terem tudo aquilo que merecem deverão dedicar-se aos estudos e respeitar os mais velhos.

"As crianças que estão a ser formadas no centro são livres de escolher a profissão que pretendem exercer no futuro. Aquelas que querem seguir a carreira policial, também aceitamos, mas o objectivo do centro é dar educação a elas para que quando forem adultas possam ter um caminho certo.

Por esta razão, fizemos um acompanhamento psicopedagógico", afirmou José Zau.

O vice-ministro realçou ainda que as crianças são o futuro do país e que a aposta na sua formação é uma das prioridades do Ministério do Interior. "Continuaremos não só a formar crianças órfãos, mas também as residentes nos bairros vizinhos", garantiu.

Flávio Dulfim, um menino que procedeu à leitura de uma mensagem em nome do grupo, afirmou que o lema central das comemorações da data: "Criança protegida, futuro garantido" reflecte os objectivos da instituição, que tem formado crianças órfãs de ex-

membros da corporação e crianças desamparadas.

O Centro Polivalente Nzoji, que existe há quatro anos, é uma instituição de ensino geral do Ministério do Interior afecto ao Comando Geral da Polícia Nacional.

## 5.2 Reitor da UNA entrega diplomas a licenciados no Namibe

*Jornal de Angola 6-06-2008*

O reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), João Teta, deslocou-se ontem à província do Namibe, a fim de fazer a entrega de diplomas aos primeiros 144 finalistas da Escola Superior de Ciências e Tecnologia do Namibe.

João Teta disse que com a entrega destes certificados está-se a cumprir com uma recomendação do Governo para diversificar a formação, no sentido de se colmatar as lacunas na pirâmide profissional do país.

De acordo com o reitor da UAN, finalistas são os primeiros nos ramos da Biologia Marinha, Contabilidade e Gestão e Ambiente, licenciados pela Escola Superior de Ciências e Tecnologia do Namibe.

Questionado sobre a possibilidade dos recém formados entrarem para o mercado de trabalho, adiantou que o país tem necessidade de força de trabalho fundamentalmente nesta fase de reconstrução nacional.

Para João Teta, os quadros recém-formados poderão dar o seu contributo à preservação do equilíbrio ecológico, através do aconselhamento sobre um ambiente saudável, recuperação de espécies em via de extinção e no auxílio a nível da gestão do país.

Inaugurada há três anos pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, a Escola Superior de Ciências e Tecnologia do Namibe lecciona cursos com a duração de três anos.

## 5.3 Estudante da Che Guevara recebem material didáctico

*Jornal de Angola 14-06-2008*

Estudantes da escola Che Guevara, localizada no Bairro Neves Bendinha, município do Kilamba-Kiixi, em Luanda, receberam ontem um donativo composto por material didáctico. Foram doadores famílias angolanas e cubanos residentes no país.

O donativo é composto por cadernos, lápis diversos, lapiseiras, borrachas. A doação enquadra-se nas jornadas alusivas ao 800 aniversário natalício de Che

Guevara, a assinalar-se a 14 deste mês.

A cônsul da Embaixada de Cuba em Angola, Belkis Rodriguez, disse que a acção faz parte do projecto de apoio à instituição escolar, de modo a ajudar o Governo Provincial de Luanda a resolver os problemas do sector da Educação.

Acrescentou que o gesto é feito com muito gosto, uma vez que o Consulado e a Associação dos Cubanos Residentes em Angola são padrinhos da escola.

Na ocasião, os estudantes apresentaram uma mensagem de agradecimento, apelando outros membros da sociedade civil a realizarem actividades do género, para o bem da Nação.

No presente ano lectivo, estão a estudar na escola Che Guevara mil 300 alunos, dos primeiro e segundo ciclos. As aulas são dadas por 42 professores nacionais.

As jornadas alusivas ao 800 aniversário do nascimento de Che Guevara a decorrerem até ao fim do corrente mês, destacando-se entre as actividades, encontros com organizações filantrópicas nacionais, a inauguração de uma exposição fotográfica sobre Che Guevara, na Biblioteca Nacional e a exibição de um documentário que lembra a passagem deste por África.

Ernesto Che Guevara de la Serna nasceu a 14 de Junho de 1928, na cidade de Rosário, Argentina. Foi um dos mais famosos revolucionários comunistas da história.

Sua morte, no dia 9 de Outubro de 1967, aos 39 anos, interrompeu o sonho de estender a Revolução Cubana à América Latina, mas não impediu que seus ideais continuassem a gozar de popularidade entre as esquerdas.

A 17 de Outubro de 1997, Che Guevara foi enterrado com pompas, na cidade cubana de Santa Clara (onde liderou uma batalha decisiva para o derrube do regime de Fugêncio Baptista).

A cerimónia estiveram presentes membros da família do revolucionário e o Presidente Fidel Castro.

Embora seus ideais sejam românticas aos olhos de um mundo globalizado, ele se transformou num ícone da história das revoluções do século XX e num exemplo de coerência política.

Sua morte determinou o nascimento de um mito, até hoje símbolo de resistência para os países latino-americanos.

#### **5.4 Criada rede de alfabetização na província do Kwanza-Sul**

*Jornal de Angola 18-06-2008*

Uma rede de alfabetização, composta por ONG

nacionais e estrangeiras, foi criada segunda-feira, no Sumbe, província do Kwanza-Sul, com vista a contribuir na recuperação do atraso escolar, no âmbito do desafio do Ministério da Educação.

O programa, denominada "Rede de educação para todos", enquadra-seno projecto do Ministério da Educação, com a coordenação da Associação Angolana para Educação de Adultos (AAEA), e integra a Associação Cristã para a Mocidade (ACM), a Associação Samuel Braces Coles, o Sindicato dos Professores e o Departamento de Educação de Adultos.

No acto de constituição, o presidente do conselho de direcção da AAEA, Víctor Barbosa, destacou o papel da sociedade civil fase às políticas do Governo ligadas ao sector da Educação e a necessidade de se adaptarem medidas que visam salvaguardar e atingir as metas iniciadas em 2006, tendentes a erradicar o analfabetismo até 2015.

Defendeu a inclusão de outras ONG por forma a proporcionar uma actuação mais abrangente à escala provincial.

No final do encontro, os integrantes da rede comprometeram-se em trabalhar, primeiro, na identificação das localidades mais críticas em termos do processo de aprendizagem.

Esta acção vai, em conjunto com os responsáveis do sector da Educação, gizar estratégias de actuação para a inserção dos jovens e adultos fora do sistema do ensino, principalmente as mulheres que representam maior taxa de pessoas sem habilidades de leitura e escrita.

O lançamento deste projecto "Angola bem alfabetizada" aconteceu em 2006, pelo Ministério da Educação, na província do Kwanza-Sul, e vai abranger sete mil e 168 cidadãos, cuja formação é assegurada por 250 professores.

Desde a primeira etapa da batalha de alfabetização, em 1976, 73 mil e 162 pessoas foram já alfabetizadas na província.

O Kwanza-Sul conta com uma população estimada em dois milhões e 300 mil habitantes, distribuídos em 12 municípios e 32 comunas.

#### **5.5 Ministra da Família apela a encarregados para priorizarem formação das crianças**

*Jornal de Angola 19-06-2008*

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste, apelou segunda-feira, na localidade de Sapia

Sapia, município da Cahama (Cunene), aos pais e outros encarregados de educação a levarem os seus educandos à escola, priorizando assim a sua formação académica.

A governante, que falava durante a inauguração de uma escola de três salas de aula, para o ensino primário, disse que a abertura da referida unidade escolar vem propiciar condições para que os petiles possam buscar conhecimentos na mesma.

Candida Celeste lembrou que a comemoração de mais um aniversário do Dia da Criança Africana, assinalado segunda-feira, 16 do mês em curso, desperta o redobrar de atenção aos petizes, pelo que pais e encarregados de educação devem incentivá-los a irem à escola, "porque hoje é criança, mas amanhã será adulto, sendo o garante do futuro".

Para tal, referiu ser necessário que as crianças frequentem a escola para um desenvolvimento sustentável, em prol do bem-estar do cidadão.

A edificação da escola, com capacidade para albergar 315 alunos, em dois turnos, consta no programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos à População.

## **5.6 Educação-Novos tempos e novas exigências**

*Jornal de Angola 24-06-2008*

Tive a oportunidade de ter sido convidado para, em Ondjiva, participar no VIII Conselho Consultivo do Ministério da Educação, que decorreu de 19 a 21 de Junho do corrente e onde, para além do Conselho de Direcção do sector se fizeram ainda presentes vários parceiros sociais, tais como: igrejas e sindicatos; e parceiros internacionais, de entre os quais, a Associação para o Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), uma ONG vocacionada para a formação de docentes para o meio rural e a já conhecida organização do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Dizia Amartya Sen, ex-membro da presidência do Banco Mundial, galardoado com o Prémio Nobel de Economia em 1998, no seu livro "Desenvolvimento com Liberdade", que associado ao conceito de desenvolvimento está implícita a existência de um Estado de Direito Democrático com ampla participação da Sociedade Civil.

Isto porque, tal como exigem os fins e os meios para o desenvolvimento, a Sociedade Civil ao ser envolvida de forma organizada na construção do seu próprio futuro, deixa de se apresentar como mera e passiva beneficiária de programas de desenvolvimento e passa a contribuir para o estabelecimento de "papéis de sustentação e não

de entrega sob encomenda".

Na província mais sacrificada quer pela guerra, quer, ultimamente, pelas catástrofes naturais, a cidade capital de Ondiva começa a ergue-se. Renasce das cinzas, das inundações provocadas pelas chuvas e a vida política, económica e sócio-cultural começa a despertar, estando até em fase de arranque uma universidade, independentemente do centro universitário onde se realizou o fórum da educação sobre o lema:

"Qualidade e Mudança Para Marcar a Diferença". Por similaridade, também a educação mostra já traços evidentes de alteração da difícil situação porque passou (e ainda passa), onde, para além da necessidade de ter de, radicalmente, alterar as políticas e estratégias de uma economia centralizada para uma economia de mercado, hoje, o sistema cresce a olhos vistos.

O período de guerra foi longo e, para além do muito que se destruiu e do pouco que se construía, houve quem considera-se a educação como um sector secundário já que não era produtivo.

As verbas alocadas à educação eram, maioritariamente, destinadas às despesas correntes chegando a representar menos de 5% do OGE. Hoje, finalmente, em tempo de paz, as evidências superam as inferências mais pessimistas e as preocupações com a qualidade e a mudança já se encontram em curso.

A UNICEF, uma organização de reconhecido mérito internacional, não ignorou o facto de, após tanta guerra e num curto período de cinco anos, nenhum país do mundo ter feito tanto em prol da educação, independentemente, claro, dos desafios, que, não sendo poucos, o sector terá ainda de enfrentar.

No ano lectivo de 2002, o número de alunos no ensino primário e secundário correspondia a 2.558.136, tendo, logo no ano lectivo seguinte, subido para 3.716.159. Actualmente já vai em 5.736.520; ou seja, houve uma taxa de crescimento na ordem dos 124,25%.

No que respeita aos professores, o seu número no subsistema de ensino geral era de 83.601, cresceu, em 2007, para 167.989 (100,94%) e, ainda este ano, há a previsão de se mobilizar mais 11.939 novos docentes. Assim sendo, há uma taxa anual de crescimento na ordem dos 14,54% e uma taxa acumulada de 94,36%.

Consequentemente, desde o fim da guerra, o acréscimo ao anterior salário dos professores já chegou a 174,14%. No domínio das infra-estruturas havia, em 2002, 19.012 salas de aula e, em 2008, 50.516, o que significa um aumento de 165,71 % após a construção de 31.504 novas salas, a uma média de construção de 4.500 por ano.

Construídas de raiz e inauguradas a nível secundário e técnico já se encontram os institutos: Médio Agrário do Andulo, na província do Bié; Médio Agrário da Caála,

na província do Huambo; Médio Politécnico do Sumbe, na província do Kuanza Norte; Médio Politécnico na província da Huíla; Médio Agrário de Ndalatando, na província do Kuanza Norte; Médio Agrário do Waku Kungo, na província do Kuanza Norte; bem como as Escolas Secundárias de Malanje e da Huíla.

Para além de instituições recentemente criadas estão ainda em construção: em Luanda, um Instituto Médio Politécnico, dois Médios de Administração e Gestão e duas Escolas Secundárias; em Benguela, um Instituto Médio de Administração e Gestão e duas Escolas Secundárias; em Cabinda, um Instituto Médio Politécnico; no Zaire, um Instituto Médio de Administração e Gestão; no Bengo, um Instituto Médio Politécnico; no Namibe, um Instituto Médio Politécnico, um Médio de Administração e gestão e duas Escolas Secundárias; no Kuando Kubango um Instituto Médio de Administração e Gestão; no Uíge, um Instituto Médio Agrário, um Médio Politécnico, um Médio de Administração e Gestão e uma Escola Secundária; no Cunene, um Instituto Médio de Administração e Gestão; na Luanda Sul, um Instituto Médio Politécnico; na Lunda Norte, um Instituto Médio Politécnico; no Moxico, um Instituto Médio de Administração e Gestão; no Bié, um Instituto Médio Politécnico e um Instituto Médio de Administração e Gestão; no Huambo, um Instituto Médio Politécnico, um Médio de Administração e Gestão e duas Escolas Secundárias; na Huíla, um Magistério Primário e duas Escolas Secundárias.

Na realidade, se nos recordarmos que, em 1976, com a democratização e gratuidade do ensino, ocorreu a primeira explosão escolar, hoje, com o calar das armas, regista-se, efectivamente, não só, uma segunda explosão escolar, mas, paralelamente, uma verdadeira "revolução silenciosa", com a transformação dos objectivos de instrução e de educação que, com qualidade, terão de satisfazer os fins e as grandes finalidades educativas. Evidentemente, que as mudanças em educação nunca poderão dar resposta às expectativas políticas de curto prazo.

O esforço de procura de qualidade implica, não só, mais verbas para a educação (infraestruturais, equipamentos, novas tecnologias de informação e comunicação e outros meios didácticos), mas também, inovação pedagógica e orientação vocacional e profissional.

Tal sugere um maior trabalho de investigação para a educação (através das próprias ciências auxiliares da educação com método e objecto de estudo próprios) e também em educação (através das novas metodologias de ensino).

Tudo isto, numa estrutura pesada, requer tempo de formação para se procedam respostas adequadas para os novos desafios a enfrentar ou sejam, as áreas-chave (transversais e específicas) de uma educação para o

desenvolvimento.

O aumento considerável de novos professores após o conflito armado, não significa que, à partida, se tenham recrutado bons profissionais de ensino e que, de imediato, passe a haver melhores condições de aprendizagem: a maior parte dos novos docentes não possui ainda a necessária qualificação académico-profissional e começa agora a adquiri-la, através de processos de superação permanente e de formação contínua, quer presencial, quer a distância, com o apoio de parceiros internacionais; as turmas voltaram a estar superlotadas (mais de 40 alunos por sala de aula); voltou-se aos horários triplos/diurnos em províncias onde já funcionavam dois turnos diários ... Mas, por algum lado se tinha de dar início à reforma educativa.

O ensino primário é obrigatório e não nos podemos esquecer do fenómeno pernicioso do elevado número de "meninos de rua" e dos "meninos na rua" que, hoje, em muito menor número mas ainda em idade escolar, ficam fora das salas de aulas e permeáveis a situações de comportamento social desviado.

Só sabendo quem somos, no país em que estamos, é que poderemos saber para onde vamos e valorizar, com justiça, o que é nosso e o nosso próprio trabalho, elevando, assim, o baixo nível da nossa própria auto-estima.

## **5.7 Governo proporciona melhores condições de trabalho aos jovens lavadores de carros**

*Jornal de Angola 2-06-2008*

Mal alguém estaciona a viatura, um grupo de jovens rapidamente se aproxima, como se os tivessem chamado de urgência, ao mesmo tempo que anunciam os seus serviços; "Madrinha, vamos lavar o carro?..".

"Eu vou controlar...". "...Então vamos só tirar a poeira ...". É desta forma que os jovens lavadores de carros, espalhados pela cidade, tentam persuadir os clientes a aderirem aos seus serviços.

André Domingos, 21 anos, é um dos jovens que se predispõe a tais tarefas, em troca de alguma compensação monetária. Se dedica a lavagem de viaturas, há dois anos, no Largo António Jacinto, o conhecido Largo dos Ministérios.

Até um ano e meio praticava essa actividade à margem da lei. Ou seja, sem a autorização do Governo Provincial de Luanda, razão pela qual, muitas vezes teve de fugir os fiscais, sob pena de ele próprio e o seu material (balde, escova, detergentes e pano) ser apreendido.

A fim de se livrar deste constrangimento, aderiu há seis

meses, isto é, em Novembro do ano passado, ao projecto de lavadores de carros denominado "Car Sukula", no âmbito do Programa "Angola Jovem", levado a cabo pelo Ministério da Juventude e Desportos.

Como integrante do projecto, André Domingos ganhou um instrumento apropriado para lavagem de carros na via pública e partir daí deixou de utilizar baldes e fugir dos fiscais, uma vez que o seu trabalho passou a ser feito de modo diferente e, por isso, autorizado pelo Governo da Província de Luanda.

Segundo ele, a lavagem com o carrinho é mais eficiente, porque este traz um aspirador, um sistema regulador da pressão de água e obriga a utilização de detergentes e panos de limpeza apropriados.

"O carro fica mais limpo e tem mesmo outro brilho", disse acrescentado que, com os baldes lava-se em menos tempo, mas molha-se muito a via pública, dando assim um aspecto pouco higiénico ao local e de modo geral à cidade.

Este cenário de sujidade que os mentores do projecto pretendem eliminar, com a implementação do novo modelo de lavagem de carros na via pública, voltou a ser notável no Largo António Jacinto.

Os carrinhos, importados de Portugal, avariaram e por este motivo André Domingos e outros lavadores que aderiram ao projecto voltaram a trabalhar à moda antiga: com os baldes. Não têm como recuperá-los, porque não existe no país acessórios.

Na qualidade de coordenador do grupo de lavadores do Largo António Jacinto, André diz já ter feito chegar a preocupação aos responsáveis do Projecto que garantiram para breve a chegada dos acessórios ao país.

O carrinho de André está com o aspirador e a bomba reguladora da pressão da água avariados. O mesmo problema tem o carrinho de Mariano Sebastião, 22 anos, Francisco Gabriel, 21anos, e de António Frederico, 18 anos.

Além destes acessórios, o carrinho de António Frederico necessita de uma câmara nova para o pneu. Entretanto, os carrinhos por se encontrarem nesta condição, passaram a ser utilizados como reservatórios de água e ficam expostos no local em que trabalham, no Largo António Jacinto, para que os fiscais saibam que os lavadores de carros deste local são integrantes do projecto "Car Sukula".

"Estes carrinhos estão aqui só dum coro, para os fiscais não nos incomodarem. Mas nenhum deles mais funciona", disse André Domingos que volta e meia corria para um e outro lado do Largo António Jacinto para saber dos donos das viaturas que acabavam de estacionar, se precisariam, ou não, dos seus préstimos.

O uniforme que alguns usam também permite que

sejam identificados tanto por estes agentes da autoridade, quanto pelos seus clientes, ou ainda pela população em geral.

Estes lavadores de carros têm um passe emitido pela Direcção dos Serviços Comunitários que os habilita a praticar tal actividade e Bilhete de Identidade, fruto da parceria existente entre o Ministério da Juventude e Desportos, o Governo da Província de Luanda e o Ministério da Justiça.

O Ministério da Educação também é parceiro do Ministério da Juventude e Desportos, razão pela qual facilitou o acesso de André Domingos, Mariano Sebastião e António Frederico à Escola Ana Ngola, localizada no bairro Cruzeiro.

Projecto integra 44 lavadores

O projecto de lavadores de carros "denominado Car Sukula", lançado ao abrigo do program.r' "Angola Jovem" do Ministério da Juventude e Desportos, visa apoiar os jovens lavadores de carro com instrumentos de trabalho sofisticados que lhes permitam desenvolver de forma digna e apropriada a sua actividade.

De acordo com o responsável do projecto, Florindo Raul, pretende-se, igualmente, ajudar os lavadores de carro a organizar-se e gerir o seu próprio negócio, assim como dar possibilidade a estes jovens de possuir bilhete de identidade, para que tenham acesso ao sistema de ensino.

Para a concretização deste objectivo, Florindo Raul disse que o Ministério da Juventude e Desportos estabeleceu parceria com os ministérios da Educação e da Justiça, tendo permitido até ao momento que 11 jovens fossem registados e obtivessem bilhetes de identidade.

"Infelizmente ainda não conseguimos que eles fossem enquadrados próximo do local em que moram. Estamos envidar esforços para que no próximo ano lectivo tal aconteça", disse o responsável, garantindo que os demais lavadores de carros serão contemplados com esses benefícios.

Florindo Raul tem conhecimento que a maioria dos carrinhos não estão a ser utilizados, por danificação de alguns acessórios. Garante que já foi feita a encomenda, não; só de acessórios, como também de mais carrinhos, devendo chegar ao país brevemente.

Dá a conhecer que os carrinhos são importados de Portugal e foram entregues a um total de 44 lavadores de carros localizados em vários pontos da cidade de Luanda, nomeadamente nos Largos António Jacinto (conhecido como Largo dos ministérios), do Kinaxixi, Saydi Mingas, do Cemitério Alto das Cruzes, nos dois parques no Aeroporto Internacional e no Terminal de Cargas.

Alguns lavadores de carros que trabalham no Aeroporto Doméstico também foram beneficiados

com o carrinho de lavagem. Estes frequentam actualmente uma formação para aprender a manusear o novo instrumento de trabalho

### **5.8 Conselho Nacional da Juventude define alvos para nova fase da campanha de educação cívica**

*Jornal de Angola 26-06-2008*

A mobilização da juventude para a participação nas eleições legislativas tem constituído uma preocupação dos agentes eleitorais e não só.

A preocupação com aquele que constitui o maior grupo do eleitorado leva a que o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) promova uma série de acções tendentes a promover maior interesse por parte dos jovens no exercício de direitos políticos, nomeadamente o direito devoto.

Entre essas acções, consta uma acção de capacitação que o CNJ leva a cabo desde ontem, em Luanda, que tem como beneficiários directos os presidentes dos conselhos provinciais da juventude, a quem estão a ser transmitidos elementos para um melhor desempenho na segunda fase da campanha de educação cívica e eleitoral.

A acção formativa, segundo o vice-presidente do CNJ, Kikas Machado, tem como principal objectivo preparar os responsáveis provinciais para a segunda fase do programa de educação cívica eleitoral, destinada, essencialmente, a mobilizar toda a juventude angolana para uma participação efectiva nas eleições de 5 de Setembro próximo.

De acordo com o responsável, em declarações à Angop, os presidentes serão alvo de formações práticas e técnicas no domínio eleitoral, no âmbito do programa que vai formar, numa primeira fase, líderes e activistas eleitorais em todos os municípios do país.

O programa conta como o apoio da CNE, na parte da formação, e da operadora de telefonia móvel "Movitel" que tem dado suporte, sobretudo, na aquisição das tendas eleitorais.

"Vamos montar tendas eleitorais em todos os municípios do país, onde teremos sempre jovens activistas a informar e a instruir a juventude sobre todas as diversas questões que envolvem o processo de votação", frisou.

O término do seminário para formadores está marcado para sábado.

### **5.9 Huambo regista 15 casos de crianças violentadas**

*Jornal de Angola 2-06-2008*

O Instituto Nacional da Criança registou até ao momento 15 queixas de crianças violentadas por membros das suas famílias, situações que têm sido ultrapassadas através do diálogo entre as duas partes, afirmou a directora local do INAC, Júlia Katinda.

A responsável, que falava ontem, à Angop, no âmbito do 1 e 16 de Junho, dias Internacional e Africano da Criança, adiantou que a maioria dos casos foi denunciada por menores amigos e vizinhos das vítimas, iniciativas estas que indicam o grau de esclarecimento das crianças em relação aos seus direitos.

Adiantou, por outro lado, que destes casos têm resultado ferimentos graves e ligeiros aos menores, com baixa nas várias unidades sanitárias.

Fez saber ainda que os assuntos ligados à criança têm conhecido maior atenção nesses últimos seis anos, com o surgimento das redes de protecção à criança nos municípios e comunas da província, para além dos investimentos redobrados do Governo nos sectores da Saúde, Educação e criação de centros de lazer e formação.

Enquanto isso, a colaboração das igrejas e algumas Organizações não Governamentais no acolhimento de menores e sua educação está a reduzir o fenómeno criança de rua na província do Huambo.

A directora provincial do INAC, Júlia Katinda, reconhecendo o valor desta parceria, destacou o trabalho da Igreja Católica nos lares "Criança feliz", "Pequeninos", "Carlos Luanga", "Canhe", "Divina Providência" "Suku Okola", entre outros, que lutam pelo bem-estar dos menores.

De acordo com ela, o fenómeno criança na rua é hoje pouco registado na província, apesar de haver ainda alguns focos de menores que, insatisfeitos com as condições económicas dos seus pais, andam pela rua oferecendo-se para fazer alguns trabalhos.

O surgimento dos programas integrais e educacionais para a criança "PIC-PEC", implementados pela direcção da Assistência e Reinserção social e seus parceiros, também estão a contribuir bastante para a redução deste fenómeno, pois aí os menores encontram alimentos e diversão.

A merenda escolar é outro projecto que, na sua opinião, retém a criança na escola, evitando que deambule pelas ruas.

## **5.10 Casos de violência contra criança ainda são preocupantes**

*Jornal de Angola 2-06-2008*

As autoridades locais consideram que os casos de violência contra a criança ainda são preocupantes na província do Namibe.

A situação, de acordo com a procuradora provincial adjunta da República, Maria Pipa, que falava durante uma mesa redonda sobre a violência contra a criança, passa pela implantação das medidas já adoptadas para a salvaguarda dos direitos da criança.

Maria Pipa afirmou que "ainda vivemos numa sociedade onde a violência faz parte da vida quotidiana das pessoas."

Na análise que fez sobre o assunto, a procuradora provincial adjunta revelou que à sua instituição têm chegado alguns casos de violência contra a criança.

Na mesma mesa redonda, no quadro das comemorações do Dia Internacional da Criança, a representante da direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, Bernarda Muteka, defendeu a necessidade de se encontrar mecanismos para a chamada de atenção aos progenitores que se furtam das suas responsabilidades

## **5.11 Consumo de drogas por crianças denunciado pelo INAC no Bié**

*Jornal de Angola 12-06-2008*

A directora provincial do Bié do Instituto Nacional da Criança (INAC), Fernanda do Carmo, denunciou ontem, na cidade do Kuito, a existência de crianças, menores 13 anos de idade, a consumir liamba e bebidas alcoólicas, no município de Camacupa.

Em declarações à Angop, a responsável sublinhou que se regista, nos últimos tempos, inúmeras crianças a consumir diversos tipos de drogas, com destaque para o estupefaciente (liamba) e bebidas alcoólicas.

A fonte defendeu ainda a necessidade urgente das instituições da Justiça e sociedade no geral envidarem esforços, visando implementar políticas que possam mudar e melhorar o comportamento das crianças.

A pobreza, uso excessivo de bebidas alcoólicas e a negligência, associados à falta de conhecimentos sobre os direitos da criança, por parte dos pais, foram apontadas como principais causas do comportamento desviante das crianças.

A responsável reconheceu também a existência, em número não determinado, de crianças a prestarem serviços pesados em troca de uma remuneração ínfima, para o seu sustento e adquirir drogas e bebidas

alcoólicas.

Por este facto, aconselha à sociedade no sentido de denunciarem; junto das instituições de Justiça, todas as acções que possam prejudicar o bem-estar dos menores, por forma a proteger as crianças de comportamentos desviantes.

O Inac, no Bié, conta com o apoio da Direcção da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU), Polícia de Investigação Criminal (DNIC), igrejas e autoridades tradicionais.

## **5.12 Morte de recém-nascido assusta população do Cuango**

*Visão 14-06-2008*

A polícia do município do Cuango, na Lunda-Norte investiga desde os finais do mês de Maio, a morte de um bebé do sexo masculino encontrado com a cabeça decapitada e o resto do corpo queimado.

Os seus autores até aqui são desconhecidos. O acto levou a polícia local a intensificar as acções com vista a encontrar os culpados.

A criança que aparentemente tinha apenas 3 meses, foi encontrada morta no capim, há 2 quilómetros do Cuango, na via que liga Camaxilo - à Cafunfo.

Os seus autores depois de terem tirado a vida ao menino, cortaram-lhe a cabeça e por fim botaram fogo no resto do corpo.

O corpo foi encontrado por um cidadão que estava em trânsito e que pretendia fazer necessidades na periferia. O homem depois susto dirigiu-se a esquadra policial local para comunicar a situação.

O correspondente do Jornal Visão, Jelson de Almeida que presenciou o acto, trouxe a redacção os detalhes sobre o desenrolar da situação.

Segundo o repórter do jornal, a polícia deslocou-se no terreno acompanhada por alguns membros do Governo deste município e dirigentes de organizações não governamentais, para além de responsáveis do partido no poder (MPLA), para apurar os factos. A polícia desta região está a trabalhar no caso desde o momento que o corpo foi encontrado, mas nenhum resultado foi anunciado até aqui.

Fontes policiais prometem trazer ao público o responsável deste acto. pois as investigações estão a ser feitas no sentido de localizar o criminoso.

O senhor Cassite Fernando, director da Associação de Promoção de Desenvolvimento Social (APDS), do

município do Cuango, condenou veementemente a acção, tendo-a considerado de desumano e bárbaro.

Mais adiante disse que a região nos últimos tempos tem sido palco de vários acontecimentos cruéis, mas que a polícia nacional tem sabido responder.

Referia-se assim de um outro caso acontecido na mesma região de um cidadão encontrado morto numa das picadas que dá acesso ao rio, morto por motivos passionais.

De acordo com o Cassite Fernando, neste último caso, primeiro tinha que se identificar a mãe da vítima só assim seria possível conhecer-se o facto que motivou o cometimento deste crime.

"As comunidades, sobretudo as autoridades tradicionais podem ajudar a encontrar o autor deste crime, basta investigar o destino do bebé de quem esteve grávida no bairro.

Há muita gente que pode ajudar a encontrar o responsável deste mal, é vida de uma criança inocente que se perdeu, o pai do bebé, assim como a mãe podem ser identificados se os vizinhos denunciarem o desaparecimento de uma criança", disse.

"É necessário terminarmos com certas aventuras selváticas, este é um crime que eu penso estar por detrás de certas crenças, há pessoas que acreditam em poderes sub-naturais e é-lhes exigido rituais que à certa medida podem pôr em causa vidas humanas, nisto alerta a sociedade a intensificar a vigilância para não se aventurar em actos que possam perigar vidas de pessoas, explicou aquele responsável.

Cassite Fernando, disse constituir perigo a crença pelo feitiço e outras forças ocultas, tendo recomendado à sociedade para abster-se destas práticas.

Pediu às autoridades tradicionais para organizar as populações para desenvolver accões de sensibilização para se evitar este tipo de situações.

"Eu não confirmo que seja esta a causa da morte desta criança, mas não se descarta a hipótese de ser um acto de sortilégios, é preciso antes investigar, os peritos sobre a matéria, sobretudo a polícia terá que desdobrar o trabalho no sentido de se descobrir os malvados e leva-los a pagar pelo crime", sustentou.

O responsável da polícia garantiu que a sua corporação não vai se cansar de trabalhar no caso até trazer ao público os bandidos.

### **5.13 Crianças que fazem crianças**

. *A Capital 14-06-2008*

A meio de uma manhã fria de segunda-feira, atravesso, a caminho da redacção, no Kinaxixi, a estrada que separa a rua Comandante Valódia da Cónego Manuel das Neves. Levo as mãos ao rosto, para proteger os olhos da poeira levantada pelos automóveis velozes.

De repente, sou abordado por uma jovem de estatura baixa e que faz gestos de quem precisa de ajuda urgente. Se não tivesse tapado os olhos a sua figura teria, logo, despertado em mim a mesma atenção, agora apelada pelos acenos que fazia.

Um largo vestido vermelho, tão carregado que lembra a sangue, cobre quase por inteiro os seus um metro e quarenta centímetros de altura e esconde mal a aparência côncava do seu abdómen, evidenciado a sua gravidez em estado avançado.

Mal me aproximo, ela cumprimenta e força um sorriso, enquanto apresenta mil desculpas ao abordar, na rua, um estranho que parece ter muita pressa. Tenho pressa, claro. Mas ainda posso perder um tempo, para ouvi-la dizer que fora mal sucedida na procura de emprego e que precisava de apenas dinheiro, para o transporte de regresso a casa.

Olho fixamente para ela, não pelo atrevimento e nem pelo pedido que me é dirigido. Apenas por notar que, apesar dos sinais de maternidade e da brutalidade das suas tranças de um cabelo posição negro, ainda conserva no rosto os traços da sua juventude e, no olhar, a ingenuidade de quem é apenas uma menina.

Diz-me que se chama Marineusa, que tem 16 anos e que, em menos de um mês, será mãe pela primeira vez. O namorado, esse, tem 22 anos, não tem emprego e, também, não estuda. Passa os dias em casa. É ela, na perspectiva de ser mãe, tem de caminhar à procura de uma forma de sustentar a família.

Digolhe que as coisas não seriam assim tão fáceis; que a sua gravidez inibiria qualquer empregador, tanto quanto o faria a sua curta idade. «Mas, já agora, que habilitações tem?», pergunto, curioso. «Apenas a sexta classe», é a sua resposta. Calome, convido-a a subir até à minha redacção e dou-lhe os kwanzas para o táxi. Ela agradece, sorri e se despede.

Nas ruas de Luanda, é comum ver-se jovens ainda adolescentes grávidas ou a carregar uma criança ao colo. Mas nunca antes tinha visto alguém, à espera de dias para ser mãe, tão jovem e como um semblante tão franzino, como o de Marineusa.

O meu encontro com ela, afinal, veio apenas confirmar aquilo que acabei por constatar no dia seguinte na Maternidade Lucrecia Paim, o maior e o mais importante centro obstétrico de todo o país.

A sala de consultas está cheia de mulheres. Entre elas



algumas aparentemente muito jovens. Passo pela sala de parto e vejo, também, outras tantas adolescentes.

Mas é uma terceira sala que desperta a minha atenção. Nela, um grupo de enfermeiras está ao redor de uma menina acabada de dar à luz a um rapaz. Chama-se Laurinda e, vejamos só, tem apenas 15 anos de idade.

Teve um rasgão nos genitais e os enfermeiros, por conta de uma teimosa hemorragia, chamaram uma médica.

Anestesiada, ela ainda conta, no seu português arranhado, que o pai da criança tem 18 anos e que ela só estudou até à quinta classe, que não vai viver com o rapaz e que não pensa mudar o seu estilo de vida. À chegada da médica, a conversa se interrompe.

Fico logo com a sensação de que aquele cenário é comum, por ali. Claro, estou numa maternidade, é normal haver mulheres acabadas de dar à luz.

Mas o que começa a ser também normal, são os casos de gravidezes entre rapariguinhas. E estes são cada vez mais frequentes, segundo dados obtidos junto da própria direcção da Maternidade Lucrecia Paim.

Estou lembrado que em declarações públicas, Domingas Dias dos Santos, que chefia o departamento de Assistência Ambulatória, disse que ali são atendidas todos os dias, entre 15 a 20 raparigas, com idades entre os 13 aos 18 anos.

Tratase, portanto, da manifestação de um fenómeno conhecido, entre os médicos, como «gravidez na adolescência». a Maternidade Lucrecia Paim sou recebido pela obstetra Manuela Sotto Mayor.

A médica, também ginecologista, explica que pelos padrões da Organização Mundial da Saúde a adolescência é o período entre os 10 aos 19 anos de idade, na vida de uma pessoa. É, portanto, quando se faz a transição entre a infância e a idade adulta.

Nesta fase, o corpo ainda está em desenvolvimento, alvo de mudanças que só terminam até aos 20 anos de idade. «Naturalmente, e independentemente da idade de início da vida sexual, o sistema reprodutivo das meninas ainda não está suficientemente desenvolvido», explicou a médica ao adiantar, como conclusão, que, na adolescência, «a mulher ainda não está preparada fisicamente ou psicologicamente para gerar um filho».

Pois há, em Luanda, cada vez mais adolescentes a engravidarem. E engravidam cada vez com menos idade. A doutora Manuela Sotto Mayor testemunha casos de gravidez de meninas com 14, 13 e, até mesmo, 11 anos.

E não são apenas um ou outro. São vários e frequentes. Segundo as estatísticas dessa Maternidade, o serviço de

urgências realizou entre Janeiro e Maio deste ano, exactamente, mil e 585 partos de meninas com idade inferior a 20 anos.

Os dados disponíveis revelam não apenas a dimensão do fenómeno, mas também a sua tendência crescente. Se em Janeiro a Maternidade Lucrecia Paim contou 290 partos, essa tendência foi crescendo no mês seguinte, em Fevereiro (com 301 partos), para fazer um recuo em Março (com 285). Porém, os meses de Abril (com 353 partos) e os de Maio (com 376) confirmaram a tendência, para um crescimento veloz.

São indicadores que não se restringem à essa instituição. Em Luanda, há também instituições privadas que realizam o serviço de parto, além, é claro, das parteiras tradicionais. Mas, duas maternidades dividem entre si o atendimento da maioria das gestantes na capital do país: a Maternidade Lucrecia Paim e a Augusto Ngangula. Nesta última, para onde me dirijo depois da minha visita à maternidade central, dou de caras com o mesmo cenário de, entre tantas outras, adolescentes a exibirem um declive abdominal acentuado.

Sou recebido por Isabel Sesa, obstetra, que chefia o serviço de infecciologia. Agora sei, por seu intermédio, que as jovens adolescentes correspondem à quase 20 por cento do total de casos ali atendidos. Ela é, aliás, mais explícita.

Em 2007, a maternidade Augusto Ngangula atendeu 20 mil e 254 grávidas, entre as quais quatro mil e oito eram, simplesmente, adolescentes.

Aqui (na maternidade Augusto Ngangula), tal como ali (na maternidade Lucrecia Paim), a idade das parturientes mirins chega até a assustar. A doutora Isabel Sesa diz não esquecer de uma cesariana, que teve de fazer à menor mulher grávida que já apareceu por aí. Tinha apenas 11 anos de idade.

A minha semana termina com rondas pelas duas principais maternidades de Luanda e por centros médicos que dispõem, para os jovens, de serviços de planeamento familiar.

É interessante conversar com jovens adolescentes e procurar entender - muitas vezes em vão - a razão de tantas gravidezes não programadas, mesmo num mundo cheio de fontes de informação, sobretudo, sobre a importância do uso do preservativo.

Numa outra manhã de segunda-feira, abro a porta da minha redacção e vem-me à mente um vestido vermelho, tão carregado como sangue e o rosto de uma mulher grávida, que não perdeu ainda o jeito de menina.

Passou-se uma semana desde o meu encontro com Marineusa. Mas, não era sonho' Ela está aí, de pé, e espera por mim. Mostra-me exames médicos, solta-se e conta

a sua história.

Com o mesmo vestido, os mesmos calçados, as mesmas tranças do dia do nosso primeiro encontro, revela que um exame que fez resultou positivo numa doença venérea; que precisa, urgentemente, de tratamento para que a criança não nasça cega.

Os pais dela não suportam vê-la grávida, o namorado, desempregado, não tem dinheiro. Eu sou, então, a sua última saída para o dinheiro de que necessita para o tratamento.

Hesito, a princípio. Mas, ao perceber o fim da inocência naqueles olhos negros a condizer com o tom escuro da sua pele, retiro do bolso a quantia necessária e a entrego à Marineusa.

Ela, mais uma vez, sorri e agradece. Eu faço votos de que tudo corra bem com ela, mesmo sabendo que o caminho que a jovem mãe terá de enfrentar está grávido, tal como ela ... mas de múltiplos obstáculos.

## **5.14 Centenas de crianças encontram sobrevivência em Santa Clara**

*Jornal de Angola 15-06-2008*

É sexta-feira. O sol já é alto, indicando-nos ser quase 11 horas. Na zona que circunscreve o posto fronteiriço de Santa Clara o dia está agitado. Aliás, é assim quase sempre.

Cidadãos, nacionais e estrangeiros, vindos de vários pontos do país, cruzam-se minuto a minuto no perímetro da fronteira com a República da Namíbia, uns a entrarem e outros a saírem com mercadorias.

O ambiente de agitação começa logo na paragem de táxi, a cerca de quatrocentos metros do portão. O local está sempre apinhado de gente, parecendo ser um aglomerado de passageiros, que aguardam pelo seu regresso ao interior do país.

Mas não é o caso. Trata-se, sim, de crianças e adolescentes que encontraram ali facilidades de trabalho e de pequenos negócios. Eles estão envolvidos em alguns serviços e na venda ambulante.

Ao descer, o indivíduo é logo interceptado por jovens adolescentes que se prontificam a servir de guia e de intermediário na regularização das questões migratórias e não só ou a ajudar a transportar a mercadoria da Namíbia para Angola.

Outros se ocupam com os serviços de moto-táxi da paragem ao portão, troca de moeda e a venda na zunga de sandes e gasosa fresca transportada em sacos

plásticos.

A saída, daquele lado para este, o cenário é o mesmo. Junto ao portão, muitos jovens adolescentes perfilam numa luta para conseguir um cliente. Alguns ainda há que aproveitam o fluxo de pessoas para enfiarem a mão nas algibeiras dos transeuntes para puxarem uns trocados.

Estes adolescentes transportam as mercadorias do portão ou mesmo do outro lado em bicicletas, carros de mão, sobre a cabeça, nos ombros ou em mãos até à paragem de táxi.

A disputa de clientes entre eles é tanta, mas, ao final do dia, cada um consegue ganhar algum dinheiro.

O pequeno Pepé, de 12 anos, por exemplo, foi para ali parar há três anos com a sua mãe, proveniente da Matala, província da Huíla. Não estuda. Ele revela que, diariamente, pode em bolsar qualquer coisa como 1.500 ou mesmo 2.000 kwanzas, que servem para ajudar em casa e para as suas necessidades.

A povoação de Santa Clara tornou-se, nos últimos tempos, um dos maiores centros de atracção de muitos cidadãos, particularmente de crianças que procuram melhores condições de vida, grande parte delas vindas do interior da província do Cunene e de algumas regiões das vizinhas províncias da Huíla e do Kuando-Kubango.

São às centenas com idades compreendidas entre os 10 e 17 anos, significativamente do sexo masculino, que ali exercem várias actividades. Eles são unânimes em afirmar que encontraram no local uma facilidade de vida.

Quem encara com preocupação essa explosão de crianças que buscam trabalho para sobrevivência, grande parte delas fora do controlo dos pais ou do seio familiar, é o Instituto Nacional da Criança na província.

A instituição, que se ocupa da implementação de políticas que visam o desenvolvimento e melhoria da condição social da criança no país, vê-se seriamente preocupada com o futuro desses menores, quando o seu lugar é na escola para aprender o ABC.

Segundo o director provincial do Instituto Nacional da Criança do Cunene, Hélder dos Santos, muitas das crianças são impedidas pelos pais de frequentar a escola para prestarem actividades domésticas e de pastorícia dentro das comunidades.

"A nível da província nós temos estado engajados em estudos ligados à situação de crianças aglomeradas ao longo da fronteira com a Namíbia.

Temos estado também a ver a situação das crianças vendedoras de rua, engraxadoras, lavadoras de viaturas, assim como outras deficientes físicas. Acompanhamos permanentemente a sua realidade", adiantou.

Na cidade de Ondjiva andam perto de 150 menores a exercer actividades de venda na rua, lavagem de viaturas, para além de que alguns são engraxadores.

Neste contexto, o INAC tem vindo a trabalhar com os órgãos da administração municipal do Kwanhama, no sentido de repelir essas crianças para abandonarem tais actividades e se dedicarem aos estudos.

"Quando se faz mais tempo na rua, quer dizer que se está a prejudicar a parte mais importante para uma criança, que é a sua instrução escolar", disse Hélder dos Santos.

Quanto às actividades de pastorícia, sublinhou que a grande luta tem-se cingido muito em fazer entender as famílias no sentido de dar mais tempo de estudar à criança do que para as actividades domésticas.

"Nós temos estado a trabalhar no sentido de fazer com que a comunidade compreenda essa necessidade de escolarização, não obstante a situação de pobreza, miséria e fome em muitos lares, nos quais muitas crianças são também chamadas a participar na luta diária do ganha-pão.

No que diz respeito aos conflitos familiares, o responsável disse que, em média, dez casos ligados à fuga de paternidade e à falta de assistência às crianças são registados mensalmente na instituição, enquanto as violações atingem apenas entre três e quatro casos, muitos deles encaminhados aos órgãos de justiça.

Nesta altura várias actividades alusivas à jornada da criança continuam a decorrer na província.

O destaque vai para a realização de ciclos de palestras em escolas com o tema central "A violência contra a criança e o trabalho infantil", bem como de visitas a locais de interesse social e cultural da província e actividades recreativas de rua, onde estarão envolvidas perto de 300 crianças, para além da confraternização com crianças carentes e órfãs acolhidas em lares e instituições religiosas nas localidades de Xangongo, Môngua e Kafima.

## 6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### 6.1 Desejo de criar cooperativas

*Jornal de Angola 2-06-2008*

Todos os outros lavadores da cidade de Luanda, que aderiram ao projecto, comprometeram-se a trabalhar num sistema de cooperativa, tal como prevê o projecto, devendo entregar diariamente ao responsável de cada grupo, o valor facturado para que seja depositados no banco.

No final do mês, de acordo com projecto, o responsável procederá ao levantamento e a divisão do valor acumulado neste período entre os membros do grupo, como se tratasse de um salário.

Segundo o lavador Paixão António, 26 anos, cada um recebia entre três mil e 500 a quatro mil e 500 kwanzas, dependendo do valor acumulado, do qual tinha de ser subtraído uma quantia para poupança.

Aliás, antes mesmo de cada lavador entregar a sua facturação do dia, descontava 300 Kwanzas, sendo 200 para as despesas com o transporte e 100 para o almoço.

"Nós vimos que o salário era pouco, por isso preferimos" abandonar os carrinhos e voltar a utilizar os baldes", disse Feliciano Carlos Hossi, 29 anos. Justifica, por outro lado, que a atitude deveu-se ao facto de pretenderem administrar cada um o seu dinheiro.

Para eles, a utilização dos carrinhos só é vantajosa porque os livra do incómodo dos fiscais, já que não molham o pavimento, ao contrário do que acontece durante a lavagem com baldes.

O grupo deles, composto por sete lavadores, recebeu cinco carrinhos. Quatro estão funcionais e um se encontra parado por ter o pneu furado.

Portanto, eles dispensam os carrinhos, mas querem ter, à semelhança dos seus colegas, bilhete de identidade e acesso ao sistema de ensino.

A lavagem com o carrinho, quer no Largo António Jacinto, quer no Kinaxixi, ou ainda no Saídy Míngas, custa entre 500 e mil e 200 Kwanzas, dependendo do modelo do carro e do tipo de serviço. Estes preços são reduzidos se a lavagem for feita com baldes.

## **6.2 A constituição de Reservas e a garantia dos Direitos Fundiários das comunidades Rurais**

*A Capital 14-06-2008*

angolano, caracterizado com ocupações desordenadas dos espaços, grosso modo espaços urbanos e suburbanos, exige do governo a adopção de medidas e políticas tendentes a garantir, agora, uma gestão ordenada do território.

Na perspectiva jurídico instrumental, esta política é marcada com a Lei n. 3/04 de 25 de Junho, Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que traça o regime geral de elaboração dos instrumentos jurídicos de ocupação do território.

Estamos a falar dos planos de ordenamento do território, nos seus diversos níveis. E não é demais lembrarmos que a ratio fundamental desta lei é mesmo esta: Atendendo a ocupação de todos os espaços físico das camadas de vários factores, e necessário entrar numa dinâmica de qualificação e requalificação dos mesmos, mediante estratégias traçadas em instrumentos de gestão territorial, ao mesmo tempo que se procura estabelecer uma relação entre a planificação física e a planificação económica dos solos e do território de modo geral. De resto, basta entrarmos na ratio do preâmbulo desta lei, para sem grandes esforços concluirmos assim mesmo.

Sem sombras de dúvidas que o país precisa de medidas que permitam uma correcta ocupação dos espaços, permitindo não só a qualificação mas e fundamentalmente a requalificação dos espaços degradados ou de ocupação ilegal, nos termos do artigo 4.º l, alínea c) da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Uma destas estratégias é o da constituição de reservas. É que a constituição de reservas, para o caso concreto de Angola, apresenta-se como a saída imediata para uma gestão ordenada dos solos, uma vez que o governo planifica o aproveitamento a ser dado aos solos de modo a corresponder as aspirações do bem estar e melhoria das condições de vida, nos termos do artigo 4.º n. J da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

O problema que se coloca e que constitui o centro do nosso artigo é o seguinte:

Muitos destes espaços sobre que recaem ou venha a recair as reservas, estão ocupados, preferimos não dizer titulados, por terceiros, e particularmente por comunidades rurais. Desta forma, como compatibilizar esta estratégia do governo, com o respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais, consagrado, entre outras bandas, no artigo 4.º Alínea e) da Lei n.9/04 de 9 de Novembro?.

### 2.Sobre as Reservas

De acordo com o artigo 27.º n.l da Lei n.9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras, são "terrenos reservados ou reservas os terrenos excluídos do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou colectivas, em função da sua afectação, total ou parcial, á realização de fins especiais que determinaram a sua constituição".

Sem entrarmos na análise específica do regime jurídico das reservas, podemos dizer que elas podem ser totais ou parciais, conforme não admitam ou venham a admitir outras formas de ocupação, como decorre do artigo 27.º n. 3,4 e 6 da Lei de Terras.

O número 5 do artigo 27., ainda da Lei de Terras, estabelece os fins porque são constituídas as reservas: protecção do meio ambiente, defesa e segurança nacionais, preservação de monumentos ou de locais históricos e promoção do povoamento ou do repovoamento.

Sobre este número interessa dizer o seguinte: Os fins com que são constituídas as reservas não são só os enumerados por este número 2 do artigo 27.º. Esta enumeração é meramente exemplificativa. Desta forma, o órgão do governo competente, pode criar reservas para outros fins, mesmo não previstos neste número 2. Esta conclusão resulta do elemento literal deste artigo, e não nos esqueçamos que o elemento literal é um dos aspectos a ser considerado no momento da interpretação, que diz: "A constituição de reservas visa, entre outros fins, ... "

O que tem acontecido até agora é a constituição de reservas para a promoção do povoamento e repovoamento.

Vejamos:

- a) Constituição de reserva para construção de um porto, de uma base naval e de um estaleiro e da nova cidade do Dande, por Decreto n. 62/07 de 13 de Agosto;
- b) Constituição de reservas para a construção de uma nova cidade de Cacucaco, por Decreto n. 63/07 de 13 de Agosto;
- c) Constituição de reserva para a construção da nova urbanização de auto-construção dirigida no Mussequê Capari, por Decreto n. 64/07 de 13 de Agosto;
- d) Constituição de reserva para a construção da nova cidade de Luanda, por Decreto n. 65/07 de 13 de Agosto.

### 3. Dando Resposta a Questão

A constituição de reservas, levanta duas situações jurídicas, no que diz toca ao respeito pelos direitos fundiários de terceiros, abrangidos pelo perímetro das mesmas:

3.1 Reservas cujo Perímetro abranja áreas Urbanas e Suburbanas. Se analisarmos com a atenção que se exige, as reservas até hoje constituídas á luz dos Decretos 62, 63, 64 e 65, todos de 07 de 13 de Agosto conflituam total ou parcialmente com direitos de terceiros.

Quer pela sua ocupação efectiva, quer pela expectativa jurídica de constituição de direitos. Resulta ainda que com a constituição de reservas, os terrenos abrangidos são declarados, ex lege, de utilidade pública, mesmo que entre eles existam alguns que já tenham entrado definitivamente no regime de propriedade privada de outrem.

Para estes casos, os direitos destes terceiros está juridicamente salvaguardado do seguinte modo:

a) Indeminização pela restrição dos direitos de terceiros, resultantes da declaração de utilidade pública dos terrenos, tendo em conta a necessidade de constituição da reserva, nos termos do artigo 27. n.10 da Lei n. 9/04 de 9 de Novembro;

b) Caso a constituição da reserva derive da necessidade da exploração do terreno para actividades comerciais, os afectados podem optar pela sua subscrição no capital social da sociedade comercial, nos termos do mesmo artigo e número, in fine;

c) Integração dos afectados nos projectos que deram origem a constituição da reserva. Assim, se for para a promoção habitacional, os afectados podem optar pelo seu enquadramento no projecto.

Seria mais justo, se fosse conferido aos afectados o direito de preferência na inserção nos projectos.

3.2 Reservas cujo Perímetro abranja Terrenos Rurais Comunitários. Visto que os terrenos rurais comunitários têm um regime específico.

Na Lei de Terras e demais instrumentos de gestão territorial, decidimos analisar a questão das reservas na perspectiva da salvaguarda dos direitos das comunidades rurais, uma vez que em termos gerais ficou analisada a questão da garantia de terceiros em zonas urbanas e suburbanas abrangidas pelas reservas.

O regime jurídico da garantia das comunidades rurais abrangidas pelas reservas encontrámo-lo no artigo 33. da Lei n.9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras. Neste artigo encontramos 4 garantias para as comunidades rurais, sempre que os seus terrenos sejam afectados por reservas:

a) Atendendo que nem sempre a constituição de reservas implica a desanexação das comunidades, o Estado deve adoptar estratégias sobre o perímetro afectado pertencente às famílias tradicionais de modo a garantir o bem estar social e o desenvolvimento económico das mesmas;

b) Caso não seja possível mantidas, a indicação de

novos espaços ou a compensação devida;

c) Nos casos em que a constituição da reserva resulte em criação de empregos, os membros das famílias abrangidas têm direito de preferência no provimento dos cargos e funções derivadas das actividades;

d) Se a criação da reserva justificou-se pelo exercício de actividades ligadas aos recursos da zona rural e que arrecadem receitas, as comunidades tem direito a uma percentagem destas receitas arrecadadas.

#### 4. Questões Decidendi

Relativamente a taxa a que as comunidades rurais têm direito em função das actividades ligadas aos recursos da zona rural e que justificaram a constituição da reserva, diz o artigo 33. n.2 da Lei de Terras, que a percentagem é fixada no Regulamento Geral de Concessão de Terrenos.

Será que esta taxa é fixada na tabela de preços a que se refere, por exemplo, o número 2 do artigo 79. do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, ou estamos perante a necessidade de uma tabela especial? Tratando-se de uma tabela especial, diríamos que estamos perante um caso omissio pelo Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, uma vez que não tratou de fixar aquelas percentagens.

Quanto a nós, não é na tabela de preços previstas no R.G.C.T em que devem ser calculados os montantes das taxas a que devem beneficiar as comunidades rurais, em virtude das actividades ligadas aos recursos naturais que justificaram a constituição da reserva.

Isto porque têm naturezas diferentes. As receitas cobradas pela tabela de preços previstas no R.G.C.T dizem respeito aos custos que conduzem todo processo de concessão de terrenos.

Já para o caso presente, estamos perante a arrecadação de receitas especiais que não se enquadram na tabela de preços prevista no RGCT.

Assim sendo, parece mais acautelado que nos termos do artigo 4. o Decreto n. 58/07 de 13 de Julho, seja criada uma tabela para o cálculo das percentagens a serem atribuídas as comunidades rurais, nos casos em que a constituição de reservas teve por base o exercício de actividades ligadas aos recursos naturais da própria comunidade.

#### 5. Concluindo

1. A constituição de reservas não prejudica os direitos fundiários de terceiros, estando para tal previstas várias formas de garantia e manutenção destes direitos;

2. Para o caso dos terrenos ocupados por comunidades tradicionais, sempre que sobre os mesmos seja constituído reserva, elas gozam de privilégios que decorrem da sua inserção nos projectos, acções que visem a melhoria das suas condições sociais e a partilha

de benefícios resultantes das actividades que determinaram a constituição da reserva, sempre que ligadas aos seus recursos naturais.

### **6.3 Saneamento caótica e ilegalidade na ocupação de terrenos**

*Novo Jornal 20-06-2008*

O Município do Kilamba Kiaxi já se vem debatendo com problemas agudos desde o tempo dos antigos administradores. Por ele passaram Job Capapinha, Baltazar de Oliveira e Rank Franck.

De tudo quanto já foi feito naquela parcela da província de Luanda, pela antiga estrutura administrativa, na melhoria dos serviços básicos à população, não se vê nada. Ficou somente visível o "renovado" Parque Infantil Augusto Ngangula, localizado na rua Machado Saldanha.

Uma estrutura que os moradores questionam. "Isso poderia ser um ganho para a diversão dos nossos filhos, mas a prioridade é a saúde deles", alegam.

O espelho que a maior parte das ruas apresenta "é assombroso" admite o administrador local, José Correia.

A situação foi confirmada pela reportagem do NJ, no âmbito de um trabalho que tem sido publicado sobre a nova dinâmica que as administrações municipais procuram desenvolver no sentido de melhorar a prestação dos serviços básicos aos moradores dos municípios de Luanda.

Na conhecida rua da Epal, o sistema de saneamento, quase desaparecido, obriga os moradores a conviver com águas residuais mal cheirosas em frente à entrada das suas casas, resultado do lixo acumulado em quase toda a extensão da rua, fechando, conseqüentemente, as vias de escoamento.

Já na rua da Balatagem (que liga a entrada ao bairro do Golf, ao mercado dos Correios e outros acessos) há uma situação mais complicada ainda: Em sete anos, a rua tornou-se intransitável para os automobilistas que querem locomover-se entre o bairro Neves Bendinha e o mercado dos Correios, usando, desta feita, uma única via que, geralmente, se apresenta engarrafada, para além do asfalto que já não existe.

Abordados pela nossa reportagem, os moradores manifestaram-se agastados com a situação uma vez que têm que percorrer toda a rua, numa extensão de quase dois mil metros, para apanharem um táxi.

Em situações de óbito, como nos contou uma residente já de meia idade, os familiares do falecido são

obrigados a deslocar a urna até à estrada onde se concentram as viaturas para o cortejo fúnebre.

A rua acumulou uma quantidade de entulho e lixo numa altura de quase dois metros, superando o nível das residências.

Sem contentares, esta artéria é, ao mesmo tempo, um depósito de resíduos, o que põe em causa a saúde dos moradores.

A situação é semelhante no bairro Malangino, fruto das últimas chuvas que se abateram sobre a capital e de uma série de problemas que foram acumulados ao longo de sete anos.

No bairro Neves Bendinha, o que chama a atenção são as ruas intransitáveis. Algumas delas fazem travessia ao longo da rua Machado Saldanha e estão num estado que carece de uma atenção cuidada.

Marecos e Pisca espelham o estado em que a maior parte das ruas do Neves Bendinha se encontram. É só águas paradas e buracos.

A parte de trás do Cemitério da Sant'Ana, ao longo da extensão das "sete ruas", é outra realidade que a administração aponta como tendo necessidade de intervenção.

Outro alvo de preocupações é a ocupação ilegal de terrenos que se vem registando nas zonas do Camama 1 e Camama 2.

Os terrenos são ilegalmente ocupados, principalmente em áreas onde estão projectadas as obras sobre a égide do Gabinete de Obras Especiais (GOE).

Pessoas provenientes de vários lugares ocupam espaços, constroem casinhas de chapa e fazem a demarcação de terrenos, apossando-se deles. Sem qualquer documentação que confirme a propriedade, alguns dos detentores clandestinos de terrenos vendem-nos a terceiros a um preço -que chega a atingir os sete mil dólares.

Há meia dúzia de anos, na mesma zona, já foram "despachados" a um preço que rondava os 300 dólares americanos.

As zonas mais invadidas são as que circundam o Instituto de Ciências Policiais, as obras da Escola Nacional de Artes, das novas instalações da TPA e do pólo habitacional para ajuventude.

## **6.4 Casas feitas em reservas do estado são brevemente destruídas**

*Jornal de Angola 13-06-2008*

A Administração Municipal da Samba começa a demolir, brevemente, um conjunto de casas construídas em áreas do Benfica e em zonas circunvizinhas dos municípios do Kilamba Kiaxi, Viana e Cacucaco, consideradas reserva do Estado.

O facto foi dado a conhecer pelo administrador da Samba, Pedro dos Reis Fançony, durante um trabalho de campo que efectuou, na última quarta-feira, na zona do Benfica.

Pedro Fançony disse que os proprietários não vão ser indemnizados, por terem adquirido os terrenos fora do circuito oficial. "O Estado não foi consultado na transacção dos terrenos", sublinhou.

Referiu que a administração do município tem conhecimento da existência de um grupo de indivíduos que se dedica à venda de terrenos na zona do Benfica a preços especulativos que rondam os 25 mil dólares, por talhão.

Eles transaccionam os terrenos aos fins-de-semana e os que os adquirem constroem à noite, para escaparem ao controlo dos fiscais", disse.

Pedro Fançony aconselhou às pessoas a observarem cautelas na compra de terrenos na zona do Benfica, onde o Estado detém reservas consideráveis de terra.

Referiu que, mesmos os camponeses que cultivam na zona, não podem transaccionar nenhum pedaço de terra.

A única entidade com poderes para autorizar o que quer que seja, em zonas consideradas reservas do Estado, é o Conselho de Ministros, porque, na verdade, as próprias administrações municipais não têm autoridade sobre a matéria, esclareceu Pedro Fançony.

O administrador da Samba afirmou que durante e depois da demolição das casas na área referida, qualquer documento com que se pretender provar a posse legal do terreno vai ser considerado falso, porque pouco antes de a zona ser considerada reserva do Estado, as autoridades cuidaram de fotografá-la a partir do espaço.

Acrescentou que o Governo tem fotografias onde se pode ver o que havia na zona, quando foi considerada reserva do Estado. "Tudo que não constava no terreno, na altura, será demolido", reafirmou.

Funcionários da administração da Samba trabalham na conclusão do cadastramento das obras feitas ilegalmente na zona do Benfica, cujo número o

administrador não referiu.

## **6.5 As provas da exclusão social**

*Semanário Angolense 14-06-2008*

Algumas semanas antes de Bob Geldof, o cantor e activista irlandês, aludir aos preços do imobiliário de Luanda, a prestigiada revista brasileira *Veja* noticiou o facto de uma promotora imobiliária daquele país, a Carmargo Corrêa, ter vendido em apenas seis dias a totalidade das casas de um projecto habitacional de alta renda ainda por construir no Talatona, em Luanda, onde os salgados preços das habitações variavam entre os 760 mil e 1.9 milhão de dólares.

Com o título «Dinheiro farto», a *Veja* de 23 de Abril dizia isso: «A Camargo Corrêa vendeu em apenas seis dias os 148 apartamentos do Acquaville Residencial Talatona, lançado em Março. Os preços, salgados, variavam entre 760 000 e 1,9 milhão de dólares. Beleza. Mercado imobiliário brasileiro aquecido? Nada disso: o Acquaville fica, pode acreditar, em Angola. É o primeiro empreendimento imobiliário da Camargo na África».

Já antes disso, a EscoM, que, entre outras coisas, actua como promotor imobiliário associado do português Grupo Espírito Santo, havia despachado por inteiro o seu ainda não concluído Edifício Espírito Santo, onde o preço de uma unidade habitacional era mais do que salgado: era «ajindungado», certamente, em face da sua localização, no elegante bairro luandense do Cruzeiro.

Muitos mais exemplos podem ser dados para provar a autêntica febre compradora que aquece o mercado imobiliário de Luanda, mas estando isso a acontecer aqui, no meio de flagrantes contrastes entre os pouquíssimos que podem e os muitos que não podem ter acesso à habitação pela sua severa condição de pobreza, acaba por destapar o curso de um insidioso fenómeno de exclusão social que, se não está a ser promovido pelo Governo, pelo menos está a ser tolerado.

É que os promotores imobiliários, ou seja, as empresas ou entidades que financiam a construção dos complexos habitacionais posicionam-se maioritariamente em projectos direccionados para o nicho do mercado de renda média-alta e alta, deixando a procura de habitação social por conta de ninguém.

Aliás, segundo apurou este jornal, é a isso que se dedica a generalidade dos promotores imobiliários: os dez mais importantes em Angola, como são os casos da Soares da Costa, Teixeira Duarte, Mota-Engil, Somague, ESCOM e Edifer (Portugal); China

International Fund (China); Odebrecht e Camargo Corrêa (Brasil); e Geny Angola (Angola) posicionaram-se na oferta de habitação e outras facilidades imobiliárias de alto padrão.

Um caso paradigmático do posicionamento dos promotores imobiliários é o da Odebrecht. Quando iniciou aqui os seus negócios imobiliários, em meados dos anos 90, essa empresa projectou uma pesquisa para tentar mensurar o mercado e, a partir daí, decidir em que tipo de oferta apostar.

Naquela altura não havia, no mercado luandense, dados estatísticos fiáveis sobre o assunto, pelo que o foco da pesquisa foi desviado para o posicionamento da empresa, o que significa a predisposição para actuar em prol de um determinado segmento ou nicho do mercado.

Os estudos acabaram por determinar que a Odebrecht servisse o nicho representado pela classe média-alta e alta.

Logo a seguir, em 1997, a empresa lançou o seu primeiro condomínio de luxo, o Atlântico Sul, que só acabou de ser vendido em 2005. Quando, entretanto, no ano seguinte a Odebrecht lançou o Riviera Atlântico, as vendas apenas levaram sete meses.

Hoje, conforme atestam os factos, a venda desses dispendiosos imóveis, em que os preços partem de perto de um milhão de dólares e chegam a atingir dois ou três milhões de dólares, pode levar, no máximo, entre dois dias e uma semana.

Num cenário leonino como esse, apenas um promotor imobiliário decidiu actuar no mercado da habitação de custo controlado, mas, mesmo assim, na qualidade de intermediário e não como executor.

Trata-se da Imogestin, que em 2003 obteve do Governo um contrato para organizar o processo de venda publicados imóveis do Projecto Nova Vida, fundamentalmente destinado a funcionários públicos, mas que costuma distribuir alguns deles por particulares interessados.

Há, no mercado luandense, um outro tipo de oferta de imóveis, consubstanciado no cooperativismo e até mesmo no associativismo, casos como os condomínios ou conjuntos habitacionais mandados erguer para os seus trabalhadores por empresas como a SONANGOL, Bo, Bpc e Chevron.

Mas, via de regra, não se pode dizer que estes últimos projectos tenham resolvido a questão do controlo dos custos: a cooperativa O Lar do Patriota, que, com base em prestações adiantadas pelos compradores, prometeu casas com preços que inicialmente partiam dos 45 mil dólares, já desfez o compromisso à luz dos preços dos insumos, que se tornaram incompatíveis com o que parecia ser a carolice dos promotores da iniciativa.

Por último, mas sem ser o fim, começou a emergir, com principal incidência para os últimos cinco anos,

uma oferta de habitação social afecta aos programas de desalojamento de cidadãos das chamadas áreas críticas (ou seja, voláteis a desastres), ou de zonas em que decorrem actualmente obras de beneficiação e construção de infra-estruturas.

Nestas condições, o acesso à habitação em Luanda pode conduzir a constatações que revelam a natureza do regime político-social vigente no nosso país: uma especulação que beneficia os mais favorecidos, resultando num fenómeno de exclusão social.

Segundo representantes de um promotor imobiliário posicionado no nicho de casas de alta renda, os seus clientes são sempre empresários angolanos e expatriados, estes, quase sempre ligados aos sectores do petróleo e diamantes.

Os empresários locais, precisou, compram os imóveis como investimento e, uma vez satisfeitos com os resultados, voltam e persistem nesse negócio, comprando uma ou várias outras casas, para depois alugar ou revender (ler caixa «lucros chorudos»).

Uma vez que não existe uma oferta sistematizada de imóveis mais baratos, ficando-se, esta, por aquela direccionada para os fins das contingências das obras de Luanda, dois flagrantes problemas emergem.

Em primeiro lugar, nem a também emergente classe média deste país, de pobreza dominante e arrebatadora, consegue aceder à habitação, uma vez que a oferta maioritária aparece com preços milhares de vezes superiores ao seu poder aquisitivo.

O fenómeno que ocorre a esse nível é o de uma exclusão tão ampla quanto profunda, já que ela inicia em patamares anteriores àquilo em que é suposto.

Em segundo lugar, dá-se o facto dos projectos de alta renda não poderem solucionar o problema do equilíbrio entre a procura e a oferta de imóveis, deixando pairar a pressão sobre os preços. Isso transporta a exclusão para um ciclo vicioso.

Especialistas do sector têm deixado claro, em vários foros, que o problema dos preços do mercado imobiliário de anda não será suplantado enquanto perdurar o desequilíbrio vigente entre a procura e a oferta.

Mas esses especialistas acreditam que, por si só, uma eventual redução dos actuais desequilíbrios não solucionará o problema dos preços dos imóveis caso não se resolva, também, a questão de todas as outras variáveis que contribuem para a formação dos preços no imobiliário.

Antes do Presidente José Eduardo dos Santos ter anunciado, na recente conferência nacional do MPLA, o ambicioso projecto de construção de um milhão de casas em quatro anos, conjecturas avançadas quando



esteve em Luanda o presidente do Banco de Desenvolvimento da China apontavam para o facto do acordo financeiro para a obtenção de um crédito de nove biliões de dólares, naquela altura assinado, pudesse estar ligado à construção de umas , 80 mil habitações em todo o país.

Fontes deste jornal estimaram que mesmo uma oferta dessa magnitude poderá não ter qualquer impacto sobre os preços do imobiliário se os actuais custos de produção se mantiverem (ler mais na caixa «o preço da lua»).

Para já, o facto que mais poderia contribuir para a redução dos custos, segundo os especialistas, seria o aparecimento de uma indústria nacional de produção de insumos.

Para isso teria que haver um nível tal de transacções imobiliárias que desse lugar a investimentos num parque industrial dedicado à construção civil, sendo, no entanto, preciso lembrar que as compras desse mercado aparentam estar em efervescência, não pelo número de unidades vendidas, mas pela escassez aliada ao volume das somas envolvidas.

Estudos internacionais de há dois anos, nunca contestados pelo Governo antes de Sob Geldof ter posto a boca no trombone, mostravam Luanda como um local em que o imobiliário detinha uma das mais altas taxas de rentabilidade do mundo.

A esse nível, de ano para ano, as coisas têm evoluído de feição para os promotores e investidores, mas a desfavor dos necessitados de habitação residencial.

## **6.6 Fórum do imobiliário demonstra especulação no mercado**

*Agora 21 -06-2008*

O evento visou igualmente determinar e elaborar soluções avançadas para os problemas urbanos e mostrar o potencial crescente do imobiliário angolano, referem os organizadores do certame.

A máxima para esta iniciativa, na óptica das promotoras, é a prestação de um serviço distinto e de qualidade, conferindo à cidade de Luanda e ao país "ferramentas úteis e ganhos em termos de instrumentos do sector".

No evento foram abordadas, entre outras, questões "O imobiliário e a requalificação urbana", "A comissão de mercados de capitais e os fundos de investimento

imobiliário" e "A fiscalização e segurança do edificado".

"As oportunidades do mercado imobiliário", "O crédito, a hipoteca e as garantias", assim como a apresentação do primeiro estudo de mercado imobiliário residencial de Luanda, constaram também dos assuntos do fórum que decorreu no Centro de Convenções do Talatona.

À margem do encontro, foi realizada uma exposição imobiliária, onde os participantes apresentaram projectos inovadores arquitectónicos num misto entre a tradição e após modernidade com a tónica assente na fluidez das linhas, harmonia e conceito de espaço, num apelo à qualidade e valorização crescente do património.

Com esta iniciativa os organizadores pretendem aprofundar e subsidiar os esforços do Governo no plano da reconstrução com base na prospecção de soluções de urbanização e modernização arquitectónica do país, que configure, a médio e longo prazos, cidades como marcos de referência.

Esta realização, sustentaram que ocorre no momento preciso em que Angola se apresenta como um dos países africanos mais interessantes no que diz respeito ao investimento imobiliário.

"Apesar de nesta altura ser um mercado bastante especulativo a juventude deste mercado cria um enorme potencial sendo indispensável o acompanhamento e aconselhamento de entidades profissionais com experiência a nível internacional em mercados mais maduros".

Num breve exercício de análise e caracterização do mercado angolano, sublinham que neste momento verificam-se excelentes oportunidades com o crescimento da economia e com a constituição de um gabinete em Luanda para acompanhamento de investidores internacionais. "Não há ameaças ao desenvolvimento apesar da insuficiente rede de comunicações e a sua fiabilidade, a logística associada às regiões fora da capital angolana, a falta de conhecimento e domínio mais profundo do mercado imobiliário, sendo necessário proceder-se a um maior incremento de reformas estruturais".

Os entraves colocam-se na existência de pouca infraestrutura/logística, grau de profissionalização das empresas e maturidade do sector financeiro relativos, (como é o caso da legislação do leasing e um mercado de capitais ainda em rampa de lançamento).

"Em todo o caso, o Executivo angolano e a classe empresarial estão apostados na concretização de um conjunto de iniciativas que visem crescer e consolidar a sua componente imobiliária, potenciando toda a economia e o sector financeiro. As oportunidades de investimento em Angola começam a surgir a um ritmo significativo, podendo países europeus, americanos ou

mesmo asiáticos parceiros presentes de Angola assumirem-se como partes privilegiadas para a entrada de investidores e promotores internacionais", constata. Actualmente Angola é um mercado importador com elevado potencial de sucesso e já se apresenta como um dos principais destinos das exportações destes países (e com tendência para aumentar).

## **6.7 «É evidente que os moradores da baixa estão a ir para a periferia»**

*Semanário Angolense 14-06-2008*

Com os preços dos imóveis em alta, a tendência dos ocupantes dos bairros cêntricos de Luanda é a de vender ou em menor escala arrendar as suas casas e ir viver para a periferia, uma opção que muitas outras vezes também é dada pela inacessibilidade dos preços das habitações na chamada baixa da cidade.

Segundo o director do Instituto Provincial de Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), Hélder José, a opção das famílias pela periferia «é mais do que evidente». As compras de imóveis da baixa de Luanda, apontou, recaem mais sobre edifícios horizontais ou vivendas, do que sobre edifícios verticais ou prédios.

Enquanto nos primeiros, os compradores projectam erguer novos projectos imobiliários, aproveitando as dimensões geralmente espaçosas, os outros, os prédios, encontram-se, via de regra, bastante degradados.

Hélder José alertou, entretanto, para o facto da discussão deste fenómeno não poder redundar naquilo que se anuncia vir a ser um habitat «elitizado» da baixa luandense, onde só passaria a residir uma minoria privilegiada de angolanos endinheirados e seus parceiros estrangeiros.

Nessa acepção, o director do IPGUL considera que «todas as cidades e espaços urbanos têm regras», além de que «as cidades têm que ser caras para poderem ser selectivas».

Um exemplo disso, apontou, é a portagem ou taxa que passou a ser paga no Reino Unido para se poder circular de automóvel no interior da cidade de Londres.

«Não vale a pena sermos popufistas, porque foi a sê-lá que transformamos Luanda num espaço ruralizado», frisou.

Na verdade, sublinhou, não é isso - selectividade, populismo ou ruralização - que o Governo Provincial de Luanda (GPL) está a discutir para sanar os problemas da capital do país, incluindo os habitacionais.

Hélder José disse que ao atacar todos os estes problemas, o GPL está a conceber um quadro de

requalificação, na tentativa de alterar a desestruturação urbanística que a cidade enfrenta.

Aqui, pode falar-se nos planos de requalificação do Sambizanga, Bairro Operário ou da Boavista, mas, sobretudo, de um que é o mais emblemático de todos eles, que é o da Marginal de Luanda (ler peça na página seguinte).

O traço que mais define a requalificação é, de acordo com o director do IPGUL, a adaptação de edifícios em que, depois do desalojamento e do ressarcimento «consensual» dos seus inquilinos, seja alterado o seu destino de uso e possam passar de edifícios habitacionais, para hotéis ou prédios multifuncionais.

Uma alteração destas deu-se com sucesso num edifício situado na Avenida Brasil, onde um prédio residencial foi transformado num hotel, sem que para tal tenham existido discórdias de qualquer índole.

Se ocorrerem de forma mais generalizada, transformações dessas podem contribuir para a solução dos problemas criados pela precária infra-estrutura de Luanda, como é, por exemplo, a questão do tráfego rodoviário.

O GPL, de acordo com Hélder José, tem traçadas «grandes linhas» nas quais «assentam» as suas acções em relação aos habitantes de Luanda que se estão a mudar para a periferia da cidade.

Na perspectiva habitacional, declarou o director do IPGUL, o caso mais paradigmático é o do lançamento da primeira pedra para a construção de 134 novos prédios de seis pisos cada, que até 2010 deverão dar lugar a sete mil novas moradias.

As primeiras 270, disseram informadores do projecto, ficam prontas já em Agosto.

O Ministério das Obras Públicas, que manda executar estas obras, deverá ordenar com antecedência à sua conclusão, a construção de infra-estrutu-

ra e equipamentos sociais de referência para a província de Luanda, quer sejam escolas, creches, hospitais, supermercados e outros. por formas a que os habitantes locais disponham de bons serviços nos seus locais de residência.

Trata-se de um projecto de custos controlados, em que os preços das habitações de baixa renda vão dos 60 aos 100 mil dólares, para todos os efeitos, a primeira disponível em Luanda fora da contingência dos programas de recuperação e reabilitação de infra-estruturas (em também do reduzido Projecto Nova Vida).

O director do IPGUL afirma, lamentando, que a inexistência de estatísticas não permite hoje medir o impacto daquilo que tem ocorrido em torno da oferta imobiliária de Luanda depois do «boom» deste mercado, que iniciou de forma mais notória há uns cinco anos.

Hélder José considera, contudo, que a oferta de imóveis habitacionais tem sido fraca e reconhece que

ela tem estado afecta aos desalojamentos provocados pelas obras de reabilitação da cidade, mas diz acreditar que os preços do mercado imobiliário têm uma certa carga especulativa por causa dos intermediários não-formais.

«Há falta de uma regulamentação que oriente o relacionamento entre inquilino e senhorio; há desequilíbrio entre a oferta e a procura; mas os preços dos imóveis atingiram os actuais níveis por responsabilidade dos intermediários controlados por ninguém», apontou.

«Intermediários, com a sua sensibilidade de rua, começaram a fazer negociações com a fim de ganharem algo pela mediação. Mas, por fim, por intermédio de quem quer vender a casa, passaram a pensar que podem construir um certo modo de vida de uma só vez», explicou para dizer como as coisas se passaram a nível dos preços dos imóveis. ~

## **6.8 Arquitecto Tomás Taveira e o drama dos pobres**

*Semanário Angolense 14-06-2008*

Quando o regime colonial vivia os seus estertores finais em 1974, já em Luanda estava na berra a problema cada especulação imobiliária, que seguia em paralelo com a necessidade de se ampliar a cidade, mas cujos níveis estavam longe de se comparar aos actuais números, que são pouco mais do que selvagens.

O arquitecto Tomás Taveira, um dos pais da ideia de se criar uma nova Luanda, já se mostrava muito preocupado com a questão dos preços nas novas urbanizações que estavam a ser projectadas sob condução do seu ateliê.

Não deixando essa questão ao acaso, no projecto que submeteu ao governo da época, ele sugeria que o crescimento da cidade passasse essencialmente por terras que fossem propriedade do Estado, algo que ele reputava como uma maneira de anular ou, pelo menos, reduzir consideravelmente a especulação fundiária.

A ideia desse prestigiado arquitecto, que ainda hoje dá cartas em Portugal nessa actividade, era que o Estado assumisse uma reserva fundiária de 3000 hectares.

Mas no seu projecto ele ia ao pormenor de definir aspectos correlatos como o dos arrendamentos. Ou seja, além de prever uma longa lista de tipos, tamanhos de fogos, carácter e densidade habitacionais, ele considerava imperiosa a necessidade de serem organizados diferentes sistemas de arrendamento e de venda.

No contexto de um Estado que se abeirava velozmente da independência, Tomás Taveira não esquecia, no seu projecto, que as novas urbanizações tivessem em conta o factor pobreza do grupo maioritário da população, no caso os negros.

Nesta conformidade, ele defendia uma estrutura urbana que se traduzisse na eliminação das habitações pobres ou musseques, e que incluísse soluções para o aumento de emprego, para as dificuldades de acesso aos locais de trabalho, bem como para as ausências de serviços e equipamentos sociais.

Taveira via nisto uma forma de diminuir o fosso entre ricos e pobres, logo a exclusão social, com uma cidade perspectivada num sentido em que os grupos maioritários coexistam com os grupos minoritários, abrindo, como ele dizia, «uma circulação vertical de acesso ao progresso e ao bem-estar». Ou seja, pretendia-se uma nova cidade não apenas na acepção física, mas acima de tudo no sentido económico e social.»

As preocupações de Taveira colocavam-se numa época em que Luanda era uma capital com não mais de meio milhão de habitantes e o projecto de nova cidade era para ser implementado num prazo de 25 anos, destinando-se a albergar cerca de um milhão de pessoas.

Trata-se de desígnios que não parecem estar a ser resolutamente prosseguidos pelo actual governo do país. Fala-se numa cidade nova e, nessa senda, foi constituída uma reserva fundiária. No entanto, ninguém diz claramente a sua localização e qual será o seu conteúdo. Aliás, a tendência para os aglomerados de luxo, comandada pela iniciativa privada, indica que não há grande preocupação com os aspectos da pobreza.

## **6.9 A propalada requalificação do «B O» e do Sambizanga**

*Semanário Angolense 14-06-2008*

Luanda não se esgota nas novas urbanizações que nascem; é também necessário valorizar-se o que já existe. Aí está uma premissa que tem vindo a ser jogada para o caixote do lixo, seja pela «edilidade» capitalina, seja pelas autoridades em geral.

Basta ver o que está a suceder com os projectos de requalificação dos bairros suburbanos de Luanda, gizados pelo governo há três, quatro anos, e que segundo o que foi publicitado deveriam ter começado por dois dos mais emblemáticos aglomerados de Luanda: o Bairro Operário e o Sambizanga.

Estes projectos, que poderiam ter sido o ponto de partida para refrear a degradação dos bairros tradicionais da cintura urbana da capital do país, encaharam, pelos vistos, numa maré de promessas e intenções.

Pior é que a tendência para o esquecimento aumentou depois que o Presidente da República prometeu a

construção de um milhão de casas em todo o país num período de quatro anos.

Teria sido na realidade um começo, já que tais projectos de requalificação assentam numa perspectiva básica: construir novas infra-estruturas ou melhorar as que já existam, bem como erguer novas moradias que se destinariam, primeiramente, às populações que aí vivem, sem necessidade de as deslocar para novos habitats, onde se sentiriam desenraizadas e privadas de identidade.

Mas tal como estão as coisas, todos os demais aglomerados da capital que necessitam em princípio da mesma «cirurgia» vêem agora as esperanças a esvair-se pelo ralo.

O Rangel, por exemplo, tende a desaparecer num labirinto de excrescência e degradação. E logo o Rangel que, por sinal, já teve ruas asfaltadas e uma zona de reordenamento urbanístico que ia da «bem arranjadinha» Precol ao limite com a Terra Nova.

Atente-se, igualmente, para o Kassenda, uma zona que já teve o seu quê de chique, mas que hoje bateu assustadoramente no fundo. Gente que tem «argum» está a fugir do bairro, talo seu nível de degradação, aumentando a procura de novos locais de residência e, claro está, a pressão sobre o Governo.

No quadro actual, ao que se vê, apenas o Golfe estará a aguentar-se na sua estrutura matriz. Muito em virtude de ter sido praticamente a última superfície de terrenos concessionados pelas autoridades coloniais, que lá deixaram algumas infra-estruturas básicas, sobretudo em matéria de saneamento.

## **6.10 Transformar poupanças em património**

*Cruzeiro do Sul 28-06-2008*

Para. António Gameiro, a população urbana angolana já ultrapassou a população rural produzindo um leque de problemas de infraestruturação urbana, ordenamento, planificação, paisagismo, acessibilidade e de arte arquitectónica com fortes reflexos sociais.

"A grandeza da arquitectura está ligada à solidez das instituições. Se a população não aumentam, as cidades também não crescem", assegurou o bastonário que alerta para um olhar mais sólido da questão demográfica.

Só a cidade de Luanda tem mais de 70% da população concentrada na periferia, seguida por Benguela, Lubango e Huambo.

Ele juntou esta população em quatro grandes grupos

sendo o primeiro de indigentes que vive abaixo dos limites e que devem ser assistidas pelo Estado; de baixa renda que também deve ser assistida pelo Governo e outras instituições; a de média renda e a de alta renda que possui recursos próprios.

Identificado que está o problema, o arquitecto propõe a execução de estratégias expressas nas Políticas de Estado para diminuir o fosso que existe em relação ao problema de habitação e da ocupação irregular dos espaços.

António Gameiro aponta como solução dos problemas a sua transformação em oportunidades de potenciar as forças que nele intervêm transformando as suas poupanças em património requalificado. «Existem forças que constroem na periferia.

Existe um grupo de trabalhadores, de organizações ou micro-organizações. Existe ocupação irregular ou anárquica. É preciso regulá-los e redireccionar as poupanças que utilizam na construção anárquica para o desenvolvimento e uma urbanização sustentável", esclareceu o especialista.

Sendo, essas forças, maioritariamente trabalhadores do sector informal, o arquitecto defende um processo de transição de desincentivar a ocupação e ordenar a ocupação em áreas desocupadas com aplicação de uma política de desalojamento e reassentamento que ao seu ver vai melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Planos directores municipais

O Bastonário da Ordem dos Arquitectos, considera preponderante o papel das Administrações Municipais no ordenamento do território pelo que incentiva a urgente consolidação dos seus Planos Directores para a ocupação regular dos espaços.

Disse que as reservas fundiárias são fundamentais para dar respostas às crescentes necessidades de infraestruturação de escolas, hospitais, estradas, linhas-férreas, fomento habitacional, parques de recreio, estaçionamentos, entre outras.

O arquitecto que dissertava num jantar conferência sobre os desafios da requalificação urbana em Angola no quadro dos dez anos da sociedade imobiliária IMOGESTIN SA, encorajou as administrações municipais a serem mais ousados, estabelecer metas e necessidades na elaboração dos seus planos directores, de ordenamento rural, os planos de emergência e especiais, e ainda na concessão de terrenos como recomenda a Lei de Ordenamento do Território.

Alertou por outro lado sobre a ponderação das decisões hoje que podem comprometer o legado para as gerações futuras. "É sempre bom requalificar sempre as zonas urbanas mas a pensar nas implicações futuras", advertiu.

Sobre o fomento habitacional, o bastonário da Ordem

dos Arquitectos, estimou o surgimento de cooperativas habitacionais com subsídios bonificados para famílias vulneráveis, a habitação económica e ainda a auto-construção dirigida onde as administrações municipais podem conceder terrenos e financiar parte do orçamento das famílias com dificuldades em função do seu rendimento.

Investir perto de 15 milhões de dólares na construção de uma unidade hoteleira de raiz na Restinga do Lobito. A unidade denominada Restinga Hotel terá 88 quartos e 12 suites e mais um condomínio com 12 residências de luxo.

O lançamento da primeira pedra foi feita nesta semana pelo Ministro da Defesa e Coordenador do Grupo de acompanhamento do Conselho de Ministros para Benguela general Kundy Pahama.

O hotel e o Condomínio Atlântico serão construídos ao lado do actual Hotel Términus, propriedade da Imogestim para dar resposta à crescente procura de acomodação em Benguela.

O seu projectista Paulo Correia, descreveu os dois empreendimentos como sendo uma mais valia que vão proporcionar qualidade de serviços aos seus hóspedes.

A unidade terá dois pisos e serviços complementares como salas polivalentes para realização de eventos, ginásio, lavandaria, armazéns e zonas de apoio e transição entre o Terminus e o Condomínio Atlântico.

Com a conclusão do Restinga Hotel, segundo o Dr. Rui Cruz, PCA da Imogestim, o Hotel Terminus entrará na sua segunda fase de ampliação com aumento de quartos e serviços de restauração.

A Sociedade Imobiliária já havia investido 3 milhões de dólares para a reabilitação do Hotel Terminus depois de uma paralisação de mais de 12 anos.

## 7 SERVIÇOS BASICOS

### 7.1 Reabilitados 185 quilómetros de estrada na província de Malanje

*Jornal de Angola 5-06-2008*

Cento e oitenta e cinco quilómetros de estrada, entre secundárias e terciárias foram reabilitados este ano na província de Malanje, segundo declarações da vice-governadora para a área técnica, Durbalina de Carvalho.

Segundo a governante, numa primeira fase, vão ser beneficiadas as principais vias que dão acesso aos municípios e comunas, com maior concentração populacional.

Neste quadro informou que, neste momento, o governo provincial está a criar as condições financeiras para que dentro de pouco tempo se realizem concursos públicos das referidas empreitadas.

Além dos projectos elaborados, vão ser adjudicados, dentro dos próximos dias, pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola INEA- as obras de reabilitação dos troços rodoviários Malanje, Calandula, Cacuso, Quela, Cambundi-Catembo, Cacuso Capanda, Lombe, Cota, Cabaça Muhongo está localizada na fronteira com Camababela.

Na área do Songo, localizado no desvio de Caxinga, Luquembo, Sautar, Quirima e na ligação para o Sul, está a ser reabilitada a estrada Malanje, sede de Cangadala, margem do rio Kwanza.

Sublinhou que a mesma empreitada vai ter sequência no município do Mussende, após a reabilitação da ponte do rio Kwanza, e a outra será realizada no troço Xandel, em direcção às Lundas e Moxico.

No ponto de vista da governadora, as obras decorrem a bom ritmo e estão já na sua fase final.

Ressaltou que os bairros periféricos da cidade de Malanje estão a beneficiar, desde final do último trimestre, de obras de reparação, sendo que o prazo de execução das obras está estimado em 12 meses com vista a melhorar a circulação de pessoas e bens.

Os trabalhos estão sob responsabilidade de 15 empresas e contam com a brigada de estradas da direcção local do INEA.

## **7.2 Comuna de Viti Vivali ganha mais energia e água**

*Jornal de Angola 5-06-2008*

Um projecto de construção de sistemas de distribuição de energia eléctrica e de captação e fornecimento de água potável está há cinco meses a ser implementado pelo governo da Huíla, na comuna de Viti Vivali, município da Cacula, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) para o biénio 2007/2008.

O facto foi hoje revelado à Angop pelo administrador municipal da Cacula, Aurélio dos Santos Firmino, que, apesar de não revelar os custos do projecto, disse que vai beneficiar mais de três mil populares e os trabalhos vão a bom ritmo, cuja conclusão está prevista para o mês de Agosto.

Deste modo, adiantou que o projecto vai resolver os problemas com que se debatiam as populações da circunscricção do Viti Vivali, nos últimos anos, nos domínios da energia e águas, assim vai combater, com maior eficácia, patologias provocadas pelo consumo da água em condições impróprias para o ser humano, como a cólera, doenças diarreicas agudas e outras.

Aurélio Firmino não revelou as capacidades da central eléctrica nem do sistema de bombagem de água a serem instalados, mas sublinhou que as populações da comuna beneficiarão, pela primeira vez, de uma rede pública de electricidade, ao passo que, em relação à água, o abastecimento é feito por bombas manuais.

Diante deste quadro, aquele responsável aproveitou a ocasião para louvar o esforço do Governo em realizar o projecto naquela localidade que há muito clamava por estes serviços.

O município da Cacula, com uma superfície de 3444,75 quilómetros quadrados, possui uma população maioritariamente agropecuária calculada em 110.102 habitantes. O mesmo está situado a 86 quilómetros a Norte do Lubango.

## **7.3 Ministra da Família inaugura no Cunene vários empreendimentos de impactos social**

*Jornal de Angola 18-06-2008*

Vários empreendimentos sociais começaram a ser inaugurados segunda-feira, nos municípios de Cahama,

Ombadja, Kwanhama, Curoca e Cuvelai, pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste.

A governante inaugura os empreendimentos na qualidade de coordenadora do grupo de acompanhamento do Conselho de Ministros para a província do Cunene.

De acordo com o programa de inaugurações, a ministra, que iniciou segunda-feira uma visita de cinco dias ao Cunene, inaugurou, à sua chegada, uma escola do primeiro nível, com três salas, no município da Cahama.

Ontem, Cândida Celeste deslocou-se à localidade de Okanautoni, município de Ombadja, onde procedeu a inauguração de uma escola, com seis salas de aula, um centro de saúde, internato para estudantes, bem como fez a entrega das chaves de três residências para os magistrado judiciais.

No município de Xangongo, a ministra procederá a abertura de uma escola de três salas e um posto de saúde, procedendo no Kwanhama à reabertura do edifício onde funciona a direcção provincial do Comércio, Indústria, Hotelaria e Turismo, bem como da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

A inauguração de uma escola, com três salas de aula, no bairro do Okapale II, em Kwanhama, consta também das actividades da governante, na província do Cunene.

## **7.4 Estrada Luena/Lucusse está a ser reabilitado**

*Jornal de Angola 19-06-2008*

Pelo menos 80 quilómetros da estrada que liga a cidade do Luena à comuna do Lucusse, na província do Moxico, vão estar reabilitados até Agosto, prevendo-se para o início de 2009 o fim dos trabalhos de restauração dos 134 quilómetros do referido troço rodoviário.

Esta informação foi avançada segunda-feira pelo director da obra, Li Youbing, da construtora Sinohydro, durante uma visita de constatação do andamento dos trabalhos, efectuada pelo director-geral do Instituto de Estradas de Angola (INEA), Joaquim Sebastião, na companhia de técnicos da instituição.

Segundo Li Youbing, 31 quilómetros da via encontram-se prontos para receber o novo tapete asfáltico e foi já instalada uma das sete pontes projectadas.

De acordo com ele, os trabalhos vão dotar a via de dez metros de largura, sendo sete para faixa de rodagem, com dois sentidos, um e meio de berma, em cada lado, valas de drenagem e sinalização.

Na ocasião, o director-geral do INEA, Joaquim Sebastião, disse que a via é importante para o desenvolvimento económico e social das duas localidades,

bem como para o estabelecimento de trocas comerciais com a República

vizinha da Zâmbia.

Segundo ele, estes trabalhos inserem-se num conjunto de medidas que visam melhorar a malha rodoviária nacional, constituindo um factor importante para o desenvolvimento da região, promovendo a atracção de investimentos para a província.

A reabilitação da estrada LuenalLucusse teve início em Agosto de 2007 e está avaliada em 90 milhões e 855 mil dólares norte-americanos.

Com uma superfície de 223 mil e 23 quilómetros quadrados, a província do Moxico tem uma população estimada em 800 mil habitantes, divididos em nove municípios e 21 comunas.

## **7.5 Elisal**

*Agora 21-06-2008*

**O LIXO É UM PROBLEMA EM LUANDA. A LUTA POR UMA CAPITAL LIMPA AINDA ESTÁ MUITO LONGE DE SER GANHA. CONTUDO, É COM AGRADO QUE SE CONSTATAM ALGUMAS I**

## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 Muçanda reanima-se com a paz

*Jornal de Angola 2-06-2008*

O leque de infra-estruturas sociais, mormente a construção de escolas, hospitais, residências para quadros e sistemas de abastecimento de água e de energia eléctrica mudou, pela positiva, a imagem da vila de Muçanda e comunas afins.

Este novo cenário propiciou o regresso, desde a reinstalação da administração do Estado, há três anos, de mais de 10 mil habitantes. Os progressos gerados pela paz são bem visíveis na vida dos mais de 20 mil habitantes de Muçanda.

Uma chuva torrencial marcou o início da viagem da equipa de reportagem do Jornal de Angola à sede municipal de Muçanda, situada a Leste de Saurimo, num raio aproximado de duzentos quilómetros.

Instalados no interior de uma viatura todo-o-terreno, os repórteres, salpicados por alguns pingos de água, observavam o cenário chuvoso em silêncio, como se individualmente estivessem a rezar pelo sucesso da missão.

Eram 5 horas e 39 minutos de uma terça-feira. O

isolamento na estrada asfaltada, com grande parte do tapete ainda conservado, era total: não se viam nem viaturas nem pessoas. O único barulho que "poluía" a madrugada era produzido pelo roncar, impecável, do motor.

De repente, a chuva intensificou-se e reduziu a visibilidade. Era um alerta para cautelas redobradas na condução. A viatura transpôs troços de terra vermelha, batida e aplainada, prova do empenho labbral por parte dos técnicos da construtora Mota-Engil, empresa a qual foi adjudicada a obra de reparação da via, cuja asfaltagem, entretanto, decorre a "passosdecamaleão".

Viajar para Muçanda nunca foi dor de cabeça. O piso áspero da estrada, autêntico devorador de pneus, e os desníveis entre a ponte e a estrada, são aspectos a reter.

Os passageiros falam de acidentes ocorridos por excesso de velocidade, observam as carcaças de viaturas que jazem na berma da estrada, e respiram fundo, como quem sente falta de ar.

Transcorridas duas horas e meia de viagem, os repórteres respiraram de alívio ao lerem "Muçanda", numa placa à entrada da vila, onde o movimento de pessoas era ainda nulo, por culpa da chuva.

Actualmente, a sede de Muçanda é abastecida por água potável, colhida pelo sistema de gravidade a partir de uma nascente. Um gerador de 75 KVA assegura o fornecimento de energia eléctrica à zona urbana e parte da periferia durante seis horas, fundamentalmente no período nocturno.

Vinte camas estão disponíveis no hospital local, que conta com um médico para uma demanda média diária de 35 consultas de clínica geral.

O hospital ressentia-se da falta de especialistas para as distintas áreas, mas os enfermos têm disponível um laboratório para análises clínicas e uma relativa garantia de abastecimento de medicamentos.

O administrador do hospital, Luchata Mazango, realça o facto de os pacientes internados terem garantia de refeições, mas reconhece que os ingredientes introduzidos nos alimentos confeccionados estão longe de constituir uma dieta equilibrada.

O domínio das enfermidades que mais afectam o município o destaque vai para a malária, as diarreias agudas, as doenças do sistema respiratório e as infecções de transmissão sexual.

Para esta última, o interlocutor esclareceu que uma equipa de técnicos ligados ao centro de aconselhamento e testagem voluntária do VIH/Sida realiza pesquisas, submetendo os interessados aos testes. Mas o administrador hospitalar não avançou números.



## **8.2 Comércio ilícito de armas constitui ameaça para a paz**

*Jornal de Angola 12-06-2008*

O comércio ilícito de armas ligeiras ameaça a paz e a segurança internacionais, adia as esperanças de desenvolvimento social e económico, compromete as perspectivas em matéria de democracia e direitos humanos, considerou terça-feira, em Luanda, o director nacional da Ordem Pública do Comando Geral da Polícia Nacional, comissário Mário de Oliveira Santos.

O responsável falava durante um seminário sobre o desarmamento da população civil, no âmbito das comemorações do 12º aniversário da Polícia Marítima Fiscal, que se assinala amanhã.

O oficial sublinhou que as armas que escapam do controlo das autoridades competentes dos Estados estão na base do agravamento da pobreza, do sofrimento das populações no mundo inteiro, contribuindo deste modo para a expansão da criminalidade, da violência familiar e de conflitos armados.

O comissário lembrou que o Governo, como forma de garantir a segurança e tranquilidade pública, deu início ao processo de desarmamento em 1999, estabelecendo um programa específico que adoptou como estratégia o desarmamento direccionado à potenciais delinquentes; visando criar melhores condições para desarmamento massivo.

"Desde o início da luta de libertação nacional, em 1961 até ao fim da guerra, em 2002, a população civil foi se armando e foi armada para a auto defesa da sua integridade física, o que resultou na proliferação de armas de fogo", referiu.

## **8.3 Desarmamento da população civil tem grande impacto para a democracia**

*Jornal de Angola 15-06-2008*

O processo de desarmamento da população civil é uma situação que se reveste de grande impacto para a democracia de qualquer país, segundo o representante adjunto do PNUD em Angola, Alfredo Teixeira.

Segundo Alfredo Teixeira, quarenta e sete dos 49 conflitos armados ocorridos nos anos 90 foram sustentados apenas com armas ligeiras e as estatísticas apontam que estes artefactos são responsáveis pela morte de quase meio milhão de pessoas, anualmente, das quais cerca de 300 mil em conflitos armados e 200 mil em homicídios e suicídios.

Estes números, acrescenta, significam que os conflitos são sustentados por armas ligeiras, uma situação que,

na sua óptica, compromete o desenvolvimento de qualquer país.

Acrescenta que é daí que o desarmamento constitui uma opção vital para a estabilidade de um país após conflito, condição que serve para o desenvolvimento de qualquer país.

## **8.4 Lei autoriza uso e porte de arma apenas a pessoas que exercem cargos de soberania**

*Jornal de Angola 15-06-2008*

O director nacional-adjunto do Gabinete Jurídico do Comando Geral da Polícia Nacional, subcomissário Francisco António, disse que apenas as pessoas que exercem cargos de soberania têm o direito ao uso e porte de arma, de acordo com o diploma legislativo 37178, que aprova o regulamento de armas e munições.

Francisco António fez este pronunciamento ao Jornal de Angola para o Dossier deste domingo, 15, dedicado ao desarmamento da população civil, em curso no país.

De acordo com o subcomissário, o diploma legislativo 37178, que aprova o regulamento de armas e munições em vigor no país, estabelece a detenção, uso e porte de armas de fogo de qualquer natureza e modelo aos membros que exercem cargos de soberania, independentemente do registo ou licença.

## **8.5 Estado vai rever regulamento sobre porte de arma dos efectivos das FAA e da Polícia Nacional**

*Jornal de Angola 15-06-2008*

A posse de armas por parte dos efectivos policiais e militares é uma situação controlada, visto que mecanismos de controlo sobre a posse das mesmas sempre existiram, apesar de, actualmente, notar-se que, na sua maioria, os efectivos policiais e militares estão sempre armados, quando não exercem as suas funções policiais e militares.

Segundo o director nacional da Ordem Pública, comissário Mário Santos, o que vem acontecendo, neste momento, é o melhoramento deste mecanismo e um maior rigor, assim como a revisão dos regulamentos sobre o uso e porte de arma por parte dos efectivos das Forças Angolanas (FAA) e da Polícia Nacional.

## **8.6 Ninguém está legitimado a procurar meios de guerra para a sua defesa**

*Jornal de Angola 15-06-2008*

Cerca de vinte mil armas foram entregues, de forma voluntária, desde que o Governo tem levado a cabo o programa de desarmamento da população civil.

As províncias da Huíla, Huambo, Uíje, Luanda e Lunda-Norte são as que registaram maior número de armas entregues, enquanto Cabinda registou o menor número.

De acordo com o comissário Paulo de Almeida, segundo comandante-geral para Ordem Pública e porta-voz da Comissão de Desarmamento da População Civil, a fase de entrega voluntária de armas termina no dia 30 do corrente mês, para logo a seguir se dar início à fase de recolha coerciva.

Porém, afirmou, até lá quem não tiver feito a entrega da arma em sua posse poderá fazê-lo voluntariamente mesmo durante a fase de recolha coerciva sem que seja responsabilizado criminalmente.

Em entrevista ao Dossier, Paulo de Almeida garantiu que a Polícia não irá passar de casa em casa, agindo apenas com base em informações que, eventualmente, poderá ter.

Poderão, igualmente, ser realizadas operações "stop" destinadas aos automobilistas para verificar se os cidadãos estão, ou não, em posse ilegal de armas. O programa estender-se-á até 2010

## **8.7 Defendido reforço dos mecanismo de sensibilização na entrega de armas**

*Jornal de Angola 20-06-2008*

O governador do Kuando-Kubango, João Baptista Tchindandi, apelou aos actores envolvidos no processo de desarmamento a reforçarem os mecanismos de sensibilização dos cidadãos, para que haja mais voluntariedade na entrega de armas em posse ilegal de civis.

Para o governador, que falava na abertura do seminário sobre o desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas, realizado na terça-feira, em Menongue, a par do que já tem sido feito, "para que o processo atinja resultados esperados é ainda necessário encontrar outros mecanismos, visando maior aderência na entrega voluntária de armas".

Referiu que a realização do seminário vai reforçar as políticas de sensibilização dos cidadãos do Kuando-

Kubango, uma região que foi palco de muitas batalhas ao longo do conflito armado.

Segundo o governador, a informação deve chegar a todas as localidades para que o programa tenha êxito desejado.